



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT  
GABINETE DA DIREÇÃO GERAL



**RELATÓRIO DE GESTÃO  
DO EXERCÍCIO 2014**

**Rio de Janeiro/2015**



## **RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2014**

**Relatório de Gestão do exercício de 2014 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU n° 63/2010, c/c o art. 5º, inciso VI, da DN TCU n° 127/2013, da Portaria TCU n° 90/2014 e das orientações do órgão de controle interno.**

**Rio de Janeiro/2014**

## SUMÁRIO

### I. PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 134/2013 – CONTEÚDO GERAL

<u>APRESENTAÇÃO</u> .....	
<u>1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES JURISDICIONADAS CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO</u> .....	
<u>1.1 Identificação da unidade jurisdicionada</u> .....	
<u>1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade</u> .....	
<u>1.3 Organograma Funcional</u> .....	
<u>1.4 Macroprocessos finalísticos</u> .....	
<u>2. INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA</u> .....	
<u>2.1 Estrutura de Governança</u> .....	
<u>2.2 Atuação da unidade de auditoria interna</u> .....	
<u>2.3 Sistema de Correição</u> .....	
<u>2.4 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos</u> .....	
<u>2.5 Remuneração Paga a Administradores</u> .....	
<u>3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE</u> .....	
<u>3.1 Canais de acesso do cidadão</u> .....	
<u>3.2 Carta de Serviços ao Cidadão</u> .....	
<u>3.2 Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços</u> .....	
<u>3.3 Acesso às informações da unidade jurisdicionada</u> .....	
<u>3.4 Avaliação do desempenho da unidade jurisdicionada</u> .....	
<u>3.5 Medidas Relativas à acessibilidade</u> .....	
<u>4. AMBIENTE DE ATUAÇÃO</u> .....	
<u>4.1 Informações o ambiente de atuação da unidade jurisdicionada</u> .....	
<u>5. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS</u> .....	
<u>5.1 Planejamento da unidade</u> .....	
<u>5.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados</u> .....	
<u>5.3 Informações sobre outros resultados da gestão</u> .....	
<u>5.4 Informações sobre indicadores de desempenho operacional</u> .....	
<u>5.5 Informações sobre custos de produtos e serviços</u> .....	
<u>6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA</u> .....	
<u>6.1 Programação e Execução das despesas</u> .....	
<u>6.2 Despesas com ações de publicidade e propaganda</u> .....	
<u>6.3 Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos</u> .....	
<u>6.4 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores</u> .....	
<u>6.5 Transferências de Recursos</u> .....	
<u>6.6 Suprimento de Fundos</u> .....	
<u>6.7 Renúncias sob a Gestão da UJ</u> .....	
<u>6.8 Gestão de Precatórios</u> .....	
<u>7. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS</u> .....	
<u>7.1 Estrutura de pessoal da unidade</u> .....	
<u>7.2 Contratação de mão de obra de apoio e de estagiários</u> .....	
<u>8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO</u> .....	
<u>8.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros</u> .....	
<u>8.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário</u> .....	

8.3	<a href="#">Bens Imóveis Locados de Terceiros</a>	.....
9.	<a href="#">GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO</a>	.....
9.1	<a href="#">Gestão da Tecnologia da Informação (TI)</a>	.....
10.	<a href="#">GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</a>	.....
10.1	<a href="#">Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental</a>	.....
11.	<a href="#">ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE</a>	.....
11.1	<a href="#">Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU</a>	.....
11.2	<a href="#">Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)</a>	.....
11.3	<a href="#">Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93</a>	.....
11.4	<a href="#">Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário</a>	.....
11.5	<a href="#">Alimentação SIASG E SICONV</a>	.....
12.	<a href="#">INFORMAÇÕES CONTÁBEIS</a>	.....
12.1	<a href="#">Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público</a>	.....
12.2	<a href="#">Apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas</a>	.....
12.3	<a href="#">Conformidade Contábil</a>	.....
12.4	<a href="#">Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis</a>	.....
12.5	<a href="#">Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008</a>	.....
12.6	<a href="#">Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976</a>	.....
12.7	<a href="#">Composição Acionária das Empresas Estatais</a>	.....
12.8	<a href="#">Relatório de Auditoria Independente</a>	.....

## APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão do Instituto Benjamin Constant – IBC, exercício 2014, foi elaborado de acordo com os normativos expedidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

O ano de 2014 iniciou-se com o preenchimento de 57 cargos de Professor de Ensino Básico Técnico e Tecnológico e com a realização de Concurso Público para o preenchimento de mais 10 cargos de Professor de Ensino Básico Técnico e Tecnológico, o que nos permitiu cobrir todas as áreas de atuação educacional do IBC. No mesmo concurso foram também preenchidos 10 cargos de classe C, assim distribuídos: 04 auxiliares de biblioteca, 05 auxiliares de assuntos educacionais e 01 administrador de edifícios.

Durante o ano de 2014, a partir deste grande incremento, principalmente no número de docentes, desenvolvemos uma intensa proposta de capacitação em serviço, para que os servidores pudessem estar atuando em suas áreas específicas dentro da perspectiva primeira do IBC, a deficiência visual, garantindo nosso papel de 160 anos na educação brasileira.

Continuamos, durante o ano de 2014, com a vontade de ampliar nossas ações, vislumbrando a capacitação de profissionais da área educacional em nível de pós-graduação, *lato e stricto-sensu*. Com este intento, terminamos, no primeiro semestre, uma turma de pós-graduação em parceria com o Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro e iniciamos contatos com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ, para que possamos desenvolver em parceria um curso de pós-graduação que atenda os profissionais da educação básica na área da deficiência visual.

É fundamental a criação do Departamento de Capacitação e Pesquisa – DCP, a fim de que possamos alargar nossos processos finalísticos. Esta ampliação, desde 2012, encontra-se em análise na Secretaria Executiva do Ministério da Educação. Sem a reestruturação de nosso Regimento Interno, a qual ampliará nossas competências, ficamos estagnados em nossas ações, contando com parcerias que chancelam nossos cursos, uma experiência única no território nacional, pois desenvolvemos teorias e materiais na área da deficiência visual e os testamos em nossa escola, para então disseminá-los pelo Brasil, auxiliando na inclusão dos alunos cegos e com baixa visão em todo território nacional. Desde 1947 capacitamos profissionais da área da educação, mas é fundamental que, nos tempos atuais, possamos alargar nosso raio de ação estando institucionalmente presente no meio educacional/científico no tocante à deficiência visual.

O IBC teve um bom desempenho no ano de 2014. Na ação Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica tivemos um total de 817 alunos matriculados. Nossos alunos participaram de eventos, palestras, exposições, apresentações de teatro e apresentações musicais. Encaminhamos 27 alunos para o mercado de trabalho e formamos a primeira turma do Curso Técnico em Massoterapia do IBC, em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ.

Foram atendidos 473 reabilitandos. O Núcleo de Capacitação e Empregabilidade – NUCAPE, teve 85 participantes em 05 cursos oferecidos e o Centro de Terapias Alternativas – CTA, teve 57 participantes em dois cursos oferecidos.

Na Ação Apoio à Residência em Saúde, através do Programa de Residência Médica em Oftalmologia atendemos 4.865 pessoas e realizamos 1.912 cirurgias. Conquistamos, através do Ministério da Educação, o Ano opcional R4 de Residência Médica em Oftalmologia nas especialidades Córnea e Retina, foram mais 04 vagas para médicos

residentes nas especialidades mencionadas.

Desenvolvemos e distribuimos para todo o Brasil recursos didáticos em 3D. Através do convênio com o FNDE/MEC foram produzidos e distribuídos 60 títulos didáticos e 180 paradidáticos em Braille do Programa Nacional do Livro Didático. Capacitamos 838 profissionais na área da deficiência visual e fizemos um projeto piloto de cursos aos sábados com duas turmas.

Com o objetivo de desenvolvermos o IBC na área científica tivemos a criação de dois grupos de pesquisa: a) cegueira, subjetividade e baixa visão; b) cotidianos escolares: avaliação, currículo e inclusão. A revista científica Benjamin Constant foi distribuída para 5.409 leitores. Quatro livros foram publicados: a) A Importância da Literatura como Elemento de Construção da Criança com Deficiência visual; b) Instituto Benjamin Constant em Prosa, Verso e Sonhos; c) Instituto Benjamin Constant Conversando com o Autor 2012; d) Instituto Benjamin Constant Práticas Pedagógicas no Cotidiano Escolar: Desafios e Diversidades.

A ação Assistência Médica aos Servidores e empregados – Exames Periódicos – continuou sendo exercida através de uma empresa contratada. A periodicidade é de acordo com a faixa etária do servidor.

A Comissão de Acessibilidade orienta a Coordenação de Manutenção do IBC na adequação dos espaços institucionais; presta consultoria às instituições públicas e privadas que nos procuram; ministra cursos e palestras, participa de eventos e promove junto aos funcionários terceirizados do IBC capacitação para melhor atenderem às pessoas com deficiência visual.

A Comissão de áudio-descrição auxilia na comunicação e acessibilidade das pessoas com deficiência visual. Atua em eventos internos e presta consultoras externas.

As principais dificuldades encontradas pela UJ para a realização de suas metas no exercício ainda é seu quadro de pessoal. Os concursos realizados não contemplaram todos os cargos solicitados. Nos últimos anos houve um crescimento no número de matrículas de crianças que apresentam síndromes, que necessitam de atendimento especializado, por isto, fomos obrigados a recorrer à terceirização. São carreiras que não compõem o nosso quadro efetivo, mas são fundamentais para o desenvolvimento de nossos alunos.

Apresentamos as justificativas para o não fornecimento e preenchimento de informações correspondentes aos itens, subitens e quadros relacionados conforme a nomenclatura da Portaria – TCU nº 90, de 16 de abril de 2014, PARTE A.

- Quadro A.1.1.2 correspondente a Identificação da UJ -Relatório de Gestão Consolidado, subitem 1.1.3 e o quadro A.1.1.3 correspondem a Identificação do Relatório de Gestão Agregado e o subitem 1.1.4 e o quadro A.1.1.4 correspondem a Identificação de Gestão Consolidado e Agregado. O IBC não possui Unidades Orçamentárias e ou Unidades Gestoras agregadas e ou vinculadas, por isso, responde apenas ao Relatório de Gestão Individual, e, portanto não pode responder aos subitens acima mencionados; quadro A.1.3 – Informações Sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas, não preenchido devido considerar toda área institucional voltada para o ensino e da pesquisa da deficiência visual, e ressaltada através da informação item 1.3 – Organograma Funcional; quadro A.1.4 – Macroprocessos Finalísticos, não preenchido devido esta unidade ser uma escola voltada para a pesquisa e educação de pessoas deficientes visuais, tendo sido amplamente especificado conforme dissertado conforme o próprio item 1.4 – Macroprocessos Finalísticos.

- Item 2.2 – Atuação da unidade de auditoria interna- O Instituto Benjamin Constant na estrutura Regimental do Ministério da Educação, conforme Decreto 7690/12, Anexo I, capítulo II, art. 2º, inciso II, letra g é um órgão específico singular da

administração direta, portanto não tendo uma auditoria interna estruturada;

- Quadros A.2.5.2 – Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal, A.2.5.3 – Síntese de Remuneração dos Administradores, A.2.5.3 – Detalhamento de Itens da Remuneração Variável dos Administradores, A.2.5.4 – Detalhamento de Itens da Remuneração Variável dos Administradores, esta Unidade deixou de informar, devido ser administração direta, por tanto não há conselhos de administração; 3.2- Cartas de serviço ao cidadão. O IBC não adotou.

- Quadro A.5.2.1 – Programa Temático, A.5.2.2 – Objetivo fixado pelo PPA, A.5.2.2.1, A.5.2.3.1 – Ações de Responsabilidade da UJ-OFSS, A.5.2.3.3 – Ações não Previstas LOA 2014 – Restos a Pagar – OFSS, A.5.2.3.4 – Ações do Orçamento de Investimento, A.5.5 – Variações de Custos. Os quadros informados, não foram respondidos pelo fato do IBC não ter sob a sua responsabilidade a gestão de programas, objetivos e iniciativas, tendo apenas sob sua responsabilidade a gestão de ações de programas temáticos, bem como por não existirem restos a pagar não processados de ações não previstas na LOA 2014;

Item 5.3 – O IBC não transcendeu sua execução orçamentária e suas ações foram realizadas conforme previsão no PPA;

- Quadro A.6.1.2.1 – Não houve movimentação orçamentária descentralizada neste exercício. Quadro A.6.1.3.2 – Despesas executadas diretamente pela UJ por modalidade de Contratação de Créditos Originários, A.6.1.3.4 – Despesas executadas diretamente pela UJ – Créditos Originários, A.6.2 – Despesas com Publicidade, deixamos de informar tais quadros, devido somente executarmos ações, e por respondermos individualmente por tais ações, bem como, a estrutura orçamentária do IBC ser centralizada, e por tanto, não há descentralizações, bem como, devido sermos órgão público federal, pertencente ao MEC, não temos autorização para fazermos gastos com Publicidade.

- Quadro A.6.3 – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos, esta Unidade não está autorizada a proceder tal lançamento, por ser de estrutura de Administração Direta, vinculada ao MEC, não pode executar créditos e ou recursos a descoberto. Quadro A.6.5.1 – Não houve transferência de recursos no exercício de 2014. Quadro A.6.5.3 - Esta Unidade não concede convênios, nem termo de cooperação e de contrato de repasse. Quadro A.6.5.4 - Esta Unidade procedeu em exercícios anteriores, as prestações de contas e devidas baixas destas, sendo assim não há e não houve quaisquer contratados de repasse e ou convênios firmados.

- Quadros: A.6.6.1 – Concessão de Suprimentos de Fundos, A.6.6.2 – Utilização de Suprimento de Fundos, A.6.6.3 – Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos, no Exercício de Referência, esta Unidade deixou de preencher tais quadros, devido neste exercício de 2014, não ter utilizado e se valer de tal despesa;

- Quadros: A.6.7.1.1 e A.6.7.1.2 – Benefícios Financeiros e Creditícios pela UJ ou Benefícios Financeiros e Creditícios Estimados e Quantificados pela UJ, A.6.7.2.1- Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ – Renúncias Tributárias Estimadas e Quantificadas pela UJ, A.6.7.2.2 – Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida, A.6.7.2.3 – Valores Renunciados por Tributo e Gasto Tributário – 2014 – 2012, A.6.7.2.4.1 – Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Física, A.6.7.2.4.2 – Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica, A.6.7.2.5.1 – Beneficiários de Contrapartida de Renúncia – Pessoa Física, A.6.7.2.5.2 – Beneficiários da Contrapartida de Renúncia – Pessoa Física, A.6.7.2.6 – Aplicação de Recursos de Renúncia de Receita pela Própria UJ, A.6.7.2.7 – Prestação de Contas de Renúncia de Receitas, A.6.7.2.8 – Comunicação à RFB, A.6.7.2.9 – Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas, A.6.2.10 – Declaração da Situação Fiscal, A.6.7.2.11 e A.6.7.2.1.2 – Ações de Fiscalização da RFB, esta Unidade deixou de preencher tais quadros, por ser esta UJ, pertencente a Administração Direta, por tanto, não esta

autorizada a beneficiar e ou se beneficiar de renúncias tributárias; Quadro A.8.2.2.2 – Não pertence a UJ.

- Quadros A.6.8.1, A.6.8.2 e A.6.8.3– Requisição e Precatórios Administração Indireta, deixamos de preencher tal quadro, devido ser esta Unidade pertencente a Administração Direta;

- Quadro A.8.2.3 – Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ, A.8.3 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados pela UJ, esta UJ deixou de preencher tais quadros, por não possuir, sob sua responsabilidade, imóveis funcionais, bem como, não aluga e não possui qualquer imóvel alugado, possuindo sede própria;

-Quadros 11.1.1 e 11.1.2 – Não houve diligência do TCU no exercício;

-Quadro 11.2.2- Não tivemos recomendações do Órgão de Controle Interno pendentes de atendimento ao final do exercício;

Quadro 11.4 – Não tivemos casos para a realização de procedimentos para dano ao erário;

- Quadros: A.12.7.1 – Composição Acionária do Capital Social, A.12.7.2 – Investimento Permanente em outras Sociedades, esta UJ é um órgão da Administração Pública Federal, de Administração Direta, pertencente ao MEC, não estando por tanto, autorizada a fazer qualquer investimento, executando somente ações orçamentárias, administradas pelo MEC;

- E fica registrado que na PARTE B, apresentamos as justificativas para o não fornecimento de informações correspondentes aos itens, subitens e quadros relacionados conforme a nomenclatura da Portaria-TCU n.º 090, de 16 de abril de 2014.

- Quadros: B.1.1.1 – Relação dos Partidos, B.1.1.2 – Composição do Montante Arrecadado pelo Fundo Partidário; B.1.1.3 – Distribuição dos Valores do Fundo Partidários no exercício de 2013, B.1.1.4 – Partidos que Prestaram Contas Relativas ao Exercício Anterior ao de Referência, B.1.1.5 – Partidos que não Prestaram Contas Relativo ao Exercício Anterior ao de Referência, B.1.1.6 – Situação à Prestação de Contas às Direções Nacionais dos Partidos, B.1.1.7 – Julgamento das Contas das Direções Nacionais dos Partidos, B.1.2.1 – Relação dos Diretórios de Partidos no Estado, B.1.2.2 – Cotas de Fundos Partidários Recebidos pelo Diretório Estaduais dos Partidos, B.1.2.3 – Diretório Estaduais que Prestaram Contas Relativos ao Exercício Anteriores ao de Referência, B.1.2.4 – Diretórios Estaduais que Não Prestaram Contas Relativos ao Exercício de 2013, B.1.2.5 – Julgamento de Contas dos Diretórios Estaduais dos Partidos, esta UJ não é partido político, pertence a Administração Direta, Federal, não tendo qualquer ligação partidária;

- Quadros: B.15.1 – Indicadores Análise da Situação Econômica e Financeira, B.15.2 – Análise da Distribuição de Riquessa Gerada pela UJ, esta UJ pertence a administração direta, executando somente ações, pertencentes aos programas de trabalhos, administrados pelo Ministério da Educação, por tanto, não gera qualquer ação que venha a se beneficiar de lucros;

- Quadro: B.20.1 – Evolução do Plano Nacional de Desimobilização no Exercício de 2014, esta UJ, não executa tal ação;

- Quadro: B.31.1 – Quantidade de Licenças Requisitadas, Concedidas e Indeferidas, B.31.2 – Licenças Emitidas em 2014, B.31.3 – Autos de Infrações Julgadas em 2014, B.31.4 – Ações de Fiscalizações por Superintendências, esta UJ não é órgão fiscalizador, é uma UJ pertencente a administração direta, pertencete ao Ministério da Educação;

- Quadros: B.32.3 – Quantitativo de Terceirizados Irregulares na Estatais Federais, B.32.4 – Plano de Substituição de Terceirizados pelas Estatais Federais até 2016, esta



UJ não preencheu tais quadros, devido ser esta UJ administração direta, órgão este pertencente ao Ministério da Educação;

- Quadros: B.46.1 – Operações Contratadas com Risco Compartilhado e Integral do Fundo e do Banco Operador, B.46.2 – Créditos de Liquidação Duvidosa de Operações Contratadas, B.46.3 – Prejuízos Contabilizados no Exercício de 2014, B.46.4 – Ressarcimento Efetuado pelo Banco Operador ao Fundo no Exercício de 2014, Decorrentes de Resíduos de Operações com Riscos Compartilhados, B.46.5 – Ações de Cobrança Judiciais Ajuizadas no Exercício de Referência do Relatório de Gestão, esta UJ não está autorizada a fazer qualquer operação financeira, sendo esta UJ, administração direta, pertencente ao Ministério da Educação;

- Quadro: B.54.1 – Captação Realizada em Projeto de Obras de Audiovisual e Ações de Fiscalização Empreendidas, esta UJ não executada tais Projetos e fiscalizações de tais ações, não sendo de competência desta UJ, por ser esta, órgão público federal, da administração direta, pertencente ao Ministério da Educação;

- Quadro: B.57.1 – Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Ambito de Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais, esta UJ não esta autorizada a proceder tal contratação, por esta, administração direta, e pertencente ao Ministério da Educação;

- Quadro: B.59.1 – Informações sobre Contratos de Gestão Supervisionadas pela UJ, esta UJ não executada contratos de gestão, sendo uma UJ de administração direta, pertencente ao Ministério da Educação;

- Quadro: B.60.1 – Caracterização dos Contratos de Gestão Vigentes no Exercício, B.60.2.1 – Relação de Membros do Conselho de Administração, B.60.2 – Informação Sobre o Custo de Participação do Membro em Reuniões, B.60.3 – Demonstração dos Valores Mensais Repassados no Exercício, B.60.4 – Relação dos Dirigentes Contratados Por Meio de Contrato de Gestão, B.60.5 – Demonstrativos de Remuneração do Pessoal de Entidades Signatárias dos Contratos de Gestão, B.60.6 – Relação dos Membros de Comissão de Avaliação, B.60.7.1 – Demonstrativo das Prestações de Contas Apresentadas no Exercício, B.60.7.2 – Valores Repassados e a Avaliação das Metas do Contrato de Gestão, B.60.7.3 – Indicadores de Desempenho Pactuados e de seus Resultados, B.60.7.4 – Avaliação Geral dos Resultados do Contrato de Gestão, B.60.8 – Identificação da Estrutura de Pessoal da Unidade Responsável pelo Acompanhamento, B.60.9 – Discriminação dos Recursos da UJ Colocadas à Disposição da Entidade Privada. Esta Unidade não executou qualquer Contrato de Gestão neste exercício de 2014, bem como não esta autorizada a fazer, por ser esta, uma UJ da administração direta, pertencente ao Ministério da Educação;

- Quadros: B.61.1 – Identificação dos Termos de Parceria vigentes no Exercício, B.61.2.1 – Demonstração dos Valores Mensais Repassados no Exercício em Razão do Termo de Parceria, B.61.2.2 – Dados Agrupados do Termo de Parceria de Exercícios Antecedentes ao Exercício de Referência, B.61.3.1 – Composição de Comissão de Avaliação de Resultados de Parceria(art.11§ 1º da Lei n.º 9.790/99), B.61.3.2 – Demonstrativo das Prestações de Contas Apresentadas no Exercício, B.61.4 – Demonstrativo de Indicadores Pactuados com a Entidade Parceira. Esta UJ não executou neste exercício de 2014, qualquer atividade e ou parcerias, para quaisquer projetos;

- Quadros: B.64.1 – Relação de Projetos Desenvolvidos pela Fundação de Apoio, B.64.2 – Resultados dos Indicadores – Acórdão TCU n.º 2.267/2005. Esta UJ não tem Fundação de Apoio, sendo esta UJ, administração direta, executando suas próprias ações, de conformidade com o Ministério da Educação;

- Quadros: B.65.1 – Resultado de Indicadores – Acórdão TCU n.º 2.267/2005, B.65.2 –

Relação de Projetos Desenvolvidos pela Fundação de Apoio. Esta UJ não tem Fundação de Apoio, sendo esta UJ, administração direta, executando suas próprias ações, de conformidade com o Ministério da Educação;

- Quadros: B.66.1 – Relação de Indicadores Primários – Decisão TCU n.º 408/2002, B.66.2 – Resultados de Indicadores Decisão TCU n.º 408/2002, B.66.3 – Relação de Projetos Desenvolvidos pela Fundação de Apoio. Esta UJ não tem Fundação de Apoio, sendo esta UJ, administração direta, executando suas próprias ações, de conformidade com o Ministério da Educação.

# 1 – IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES JURISDICIONADA CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

## 1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

### 1.1.1 Relatório de Gestão Individual

#### QUADRO A.1.1.1 – IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

<b>Poder e Órgão de Vinculação</b>				
Poder: Órgão da Administração Direta do Poder Executivo				
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação			Código SIORG: 00244	
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada</b>				
Denominação completa: Instituto Benjamin Constant				
Denominação abreviada: IBC				
Código SIORG: 00251		Código LOA 26105		Código SIAFI 152004
Natureza Jurídica: Órgão Público			CNPJ: 00394.445/0272-12	
Principal Atividade: Ensino Fundamental Especializado			Código CNAE: Grupo 8513-9/00	
Telefones/Fax de contato:	(021) 3478-4440	(021) 3478-4442	(021) 3478-4438	Fax :(021) 3478-4444
Endereço eletrônico: dirgeral@ibc.gov.br				
Página da Internet: <a href="http://www.ibc.gov.br">http://www.ibc.gov.br</a>				
Endereço Postal: Avenida Pasteur, N° 350/368 – Botafogo – Rio de Janeiro – RJ - CEP: 22290-240				
<b>Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>				
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada Decreto Imperial nº 1428 de 12 de setembro de 1854, com denominação dada pelo Decreto nº 1320 de 24 de janeiro de 1891.				
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada Portaria nº 325 de 17 de abril de 1998 – Regimento Interno do Instituto Benjamin Constant Publicação no DOU do Regimento Interno: 22 de abril de 1998				
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada Não houve				
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada				
<b>Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>				
Código SIAFI		Nome		
Não se aplica à natureza da UJ		Não se aplica à natureza da UJ		
<b>Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>				
Código SIAFI		Nome		
Não se aplica à natureza da UJ		Não se aplica à natureza da UJ		
<b>Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões</b>				
Código SIAFI da Unidade Gestora			Código SIAFI da Gestão	
Não se aplica à natureza da UJ			Não se aplica à natureza da UJ	

## 1.2 – Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

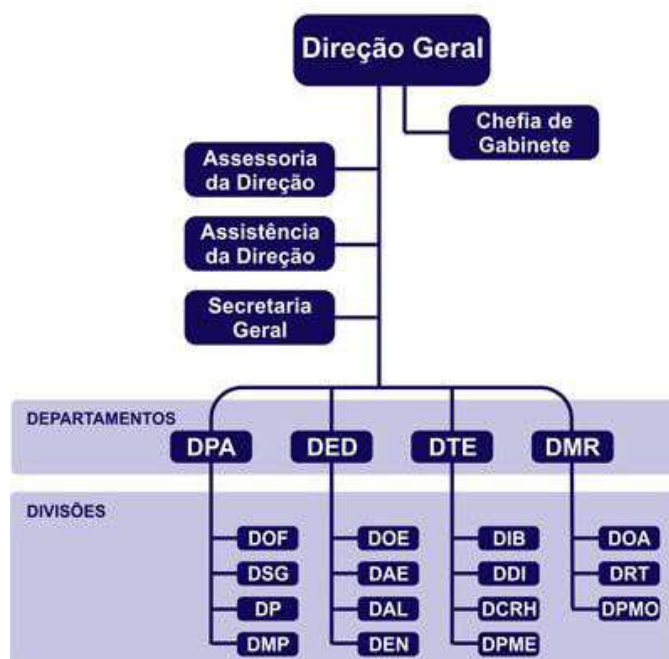
O Instituto Benjamin Constant - IBC, criado em 1854 com o nome de Imperial Instituto dos Meninos Cegos, é hoje órgão específico singular da Administração Federal Direta, dotado de autonomia limitada e Centro de Referência Nacional na Área da Deficiência Visual, vinculado ao Ministério da Educação, subordinado à Secretaria Executiva e, tem por finalidades essenciais: educação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência da visão, a capacitação de recursos humanos nas áreas: pedagógica, reabilitacional e médico-oftalmológica, o desenvolvimento de estudos e pesquisas, a construção e a difusão do conhecimento, o apoio técnico ao sistema de ensino em âmbito nacional, a instrumentalização para a integração social, a preparação da pessoa portadora de deficiência visual para o trabalho e a prevenção às causas da cegueira.

Regimentalmente o Instituto Benjamin Constant, através dos parâmetros expressos na Portaria Ministerial nº 325, de 17 de abril de 1998, tem as seguintes competências:

- I - subsidiar a formulação da Política Nacional de Educação Especial na área da deficiência visual; II - promover a educação de deficientes visuais, mediante sua manutenção como órgão de educação fundamental, visando garantir o atendimento educacional e a preparação para o trabalho de pessoas cegas e de visão reduzida, bem como desenvolver experiências no campo pedagógico, da área da deficiência visual;
- III - promover e realizar programas de capacitação de recursos humanos na área da deficiência visual;
- IV - promover, realizar e divulgar estudos e pesquisas nos campos pedagógicos, psicossocial, oftalmológico, de prevenção das causas da cegueira e de integração e reintegração à comunidade de pessoas cegas e de visão reduzida;
- V - promover programas de divulgação e intercâmbio de experiências, conhecimentos e inovações tecnológicas na área de atendimento às pessoas cegas e de visão reduzida;
- VI - elaborar e produzir material didático-pedagógico e especializado para a vida diária de pessoas cegas e de visão reduzida;
- VII - apoiar, técnica e financeiramente, os sistemas de ensino e as instituições que atuam na área da deficiência visual, em articulação com a Secretaria de Educação Especial - SEESP;
- VIII - promover desenvolvimento pedagógico, visando o aprimoramento e a atualização de recursos instrucionais;
- IX - desenvolver programas de reabilitação, pesquisas de mercado de trabalho e de promoção de encaminhamento profissional visando possibilitar, às pessoas cegas e de visão reduzida, o pleno exercício da cidadania;
- X - atuar de forma permanente junto à sociedade, através dos meios de comunicação de massa e de outros recursos, visando o resgate da imagem social das pessoas cegas e de visão reduzida.

Estas competências, ditadas por seu regimento interno, estão em perfeita consonância com as necessidades atuais e sua vocação histórica, e, em síntese, tornam o Instituto Benjamin Constant uma força viva na formulação da política nacional de Educação Especial na área da deficiência visual no apoio técnico prestado em todas as unidades da Federação.

### 1.3 – Organograma Funcional



#### LEGENDA:

**DIRETORA GERAL** – MARIA ODETE SANTOS DUARTE – CARGO ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO- 01/01/2014 A 31/12/2014.

**CHEFIA DE GABINETE** – MARIA DA GLÓRIA SOUZA ALMEIDA- CARGO - PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO- 01/01/2014 A 31/12/2014.

**ASSESSORIA DA DIREÇÃO**- ELCY MARIA ANDRADE MENDES - PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO- 01/01/2014 A 31/12/2014; PEDRO MUÑOZ GOMEZ – ADMINISTRADOR- 01/01/2014 A 31/12/2014 E VALÉRIA ROCHA CONDE ALJAN- PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO- 01/01/2014 A 31/12/2014.

**ASSISTÊNCIA DA DIREÇÃO** – GERSON FONSECA FERREIRA – CARGO- ASSISTENTE DE ALUNOS- 01/01/2014 A 31/12/2014; THEREZA CHRISTINA MORET POLÔNIA- CARGO- NUTRICIONISTA - 01/01/2014 A 31/12/2014 E WILSON CERQUEIRA MARTINS – CARGO- ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO- 01/01/2014 A 31/12/2014.

**SECRETARIA GERAL** - WILSON CERQUEIRA MARTINS – CARGO- ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO- 01/01/2014 A 31/12/2014.

**DPA - DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO**-  
TITULAR:  
ÉRICA DESLANDES MAGNO OLIVEIRA- CARGO NUTRICIONISTA –

01/01/2014 A 31/12/2014.

**DOF** - Divisão de Planejamento e Execução Orçamentária e Financeira

**DSG** - Divisão de Serviços Gerais

**DP** - Divisão de Pessoal

**DMP** - Divisão de Material e Patrimônio

**DED - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO-** TITULAR: JOÃO RICARDO MELO FIGUEIREDO- CARGO PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO – 01/01/2014 A 31/12/2014.

**DEN** - Divisão de Ensino

**DAE** - Divisão de Assistência ao Educando

**DAL** - Divisão de Atividades Culturais e de Lazer

**DOE** - Divisão de Orientação Educacional, Psicológica e Fonoaudiológica

**DTE - DEPARTAMENTO TÉCNICO ESPECIALIZADO-** TITULAR: ANA LUCIA OLIVEIRA DA SILVA- CARGO PROFESSOR DE ENSINO BASICO, TECNICO E TECNOLÓGICO – 01/01/2014 A 31/12/2014.

**DIB** - Divisão de Imprensa Braille

**DDI** - Divisão de Pesquisa, Documentação e

Informação **DCRH** - Divisão de Capacitação de

Recursos Humanos **DPME** - Divisão de

Produção de Material Especializado

**DMR - DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS MÉDICAS E DE REABILITAÇÃO** - TITULAR: MARCIA LOPES DE MORAES NABAIS- CARGO TECNICA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS – 01/01/2014 A 31/12/2014.

**DPMO** - Divisão de Pesquisas Médicas, Oftalmológicas e de Nutrição

**DRT** - Divisão de Reabilitação, Preparação para o Trabalho e Encaminhamento Profissional

**DOA** - Divisão de Orientação e Acompanhamento

O Instituto Benjamin Constant será dirigido por Diretor-Geral, os Departamentos por Diretor, o Gabinete e as Divisões por Chefe, cujos cargos e funções serão providos na forma da legislação vigente.

O Diretor-Geral do Instituto Benjamin Constant será nomeado pelo Ministro de Estado da Educação, escolhido dentre os servidores do quadro do Instituto que detenham título de graduação superior e que estejam em efetivo exercício há, no mínimo, cinco anos.

Os ocupantes dos cargos e funções previstos no caput deste artigo poderão ser substituídos, em seus afastamentos e impedimentos regulamentares, por servidores por eles indicados e previamente designados, na forma da legislação específica.

Ao Diretor Geral do Instituto Benjamin Constant incumbe: dirigir, orientar, coordenar e supervisionar a execução das atividades do Instituto, decidir, após discussão no Conselho Diretor, sobre planos, programas, projetos e atividades do Instituto, gerir, coordenar e controlar a utilização dos recursos do Instituto, assinar, em conjunto com o Diretor do Departamento de Planejamento e Administração cheques e empenhos, ordens de pagamento e outros documentos correlatos, celebrar acordos, contratos, convênios e outras formas de ajustes com entidades públicas ou privadas, tendo em vista a consecução das finalidades do Instituto, ouvido o Conselho Diretor, controlar, designar, movimentar, promover e dispensar pessoal, de acordo com a legislação vigente, baixar portarias, instruções, ordens de serviço e demais atos necessários à execução das

atividades do Instituto e representar o órgão na forma da legislação em vigor.

Ao Chefe de Gabinete incumbe: substituir o Diretor-Geral nos seus impedimentos legais, assistir ao Diretor-Geral em todas as questões que envolvam tomada de decisão sobre assuntos pertinentes à área de atuação do Instituto, controlar e avaliar a execução dos planos, programas e projetos do Instituto, compatibilizar e coordenar a elaboração da programação anual do Instituto, propor, com base na avaliação dos resultados, a adoção de providências relativas à reformulação ou adequação de planos, programas e projetos e desenvolver outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Diretor-Geral do Instituto.

Ao Departamento de Planejamento e Administração, através de suas Divisões, compete planejar, coordenar, orientar e supervisionar a execução das atividades nas áreas de planejamento, de orçamento e finanças, de licitação, de pessoal, de serviços gerais, de manutenção e de administração de material e patrimônio, bem como promover a integração entre os Departamentos da Instituição. Ao Departamento de Educação, através de suas Divisões, compete planejar, coordenar, orientar, supervisionar e avaliar a execução das atividades promovendo a integração entre os setores do Instituto e Instituições Educacionais públicas ou privadas, com vista à expansão das atividades técnico-educacionais, na área da deficiência visual.

Ao Departamento Técnico Especializado, através de suas Divisões, compete planejar, coordenar, orientar e supervisionar a execução das atividades técnicas de pesquisa, de produção de material especializado, de documentação e de informação (através da produção e distribuição de periódicos de natureza técnico-científica), de capacitação de recursos humanos visando à promoção e o desenvolvimento de métodos e técnicas inovadoras no atendimento das pessoas com deficiência visual, deficiência múltipla, transtornos globais de desenvolvimento e surdocegueira.

Ao Departamento de Estudos e Pesquisas Médicas e de Reabilitação, através de suas Divisões, compete planejar, coordenar, orientar, supervisionar, avaliar e promover a execução das atividades médicas-odontológicas, de enfermagem e nutricionais, voltadas ao processo ensino-aprendizagem; prevenção das causas da cegueira (residência médica); atendimentos em reabilitação terapêutica, preparação para o trabalho, encaminhamento e acompanhamento profissional da pessoa com deficiência visual e surdocega.

#### **1.4 – Macroprocessos Finalísticos**

Abaixo os principais macroprocessos finalísticos do IBC, cujo objetivo é ampliar e adequar, em âmbito nacional, as possibilidades educacionais, reabilitacionais e profissionais para deficientes visuais, buscando através de formação de recursos humanos, de estudos e pesquisas, de campanhas de prevenção às causas da cegueira e de atendimento ambulatorial e cirúrgico, a diminuição da incidência de deficiência visual na população brasileira.

##### **1 – Ensino**

#### **Sob a Responsabilidade do Departamento de Educação - Professor Paulo Augusto da Costa Rodrigues – Clientes – Alunos**

- Processos de ensino aprendizagem: estimulação precoce; educação infantil; ensino fundamental (1ª e 2ª fases);
- Melhoria da qualidade da gestão de ensino, desde a estimulação precoce ao

- nono ano do ensino fundamental;
- Desenvolvimento, aperfeiçoamento e implantação de projetos pedagógicos;
- Promoção de formas alternativas de ensino;

**Sob a Responsabilidade do Departamento de Estudos e Pesquisas Médicas e de Reabilitação -Professora Rosane de Menezes Pereira – Clientes – Alunos Reabilitandos e Surdocegos**

- Curso técnico em massoterapia;
- Promoção de atividades de reabilitação de jovens e adultos com deficiência visual e surdocegueira;
- Promoção de ações de preparação para o trabalho e encaminhamento profissional da pessoa com deficiência visual e surdocegueira;

**Sob a Responsabilidade do Departamento Técnico Especializado - Jeane Gameiro Miragaya -**

**Clientes-Professores e profissionais do IBC e das redes de Educação Básica**

- Promoção e integração das diferentes áreas do conhecimento no desenvolvimento de cursos de formação;
- Qualificação dos professores, a nível nacional, nas áreas voltadas ao atendimento da pessoa com deficiência visual.

**2 – Pesquisa e Pós-Graduação**

**Sob a Responsabilidade do Departamento Técnico Especializado**

- Apoio às atividades de pesquisa para manutenção de programas, projetos e grupos de Pesquisa – Professoras Cláudia Lucia Lessa Pascoal e Naiara Miranda Ruster;
- Especialização na área educacional (pós-graduação lato sensu) – Professora Elise de Melo Borba Ferreira;
- Incentivo ao desenvolvimento de redes de pesquisa - Professoras Cláudia Lucia Lessa Pascoal e Naiara Miranda Ruster;
- Produção e divulgação de estudos e pesquisas científicas, na área da deficiência visual - Professoras Cláudia Lucia Lessa Pascoal e Naiara Miranda Ruster;
- Disseminação da cultura e busca de registro de patentes- Patricia Ignácio da Rosa;
- Implementação de programas de avaliação da pesquisa e divulgação da produção científica - Professoras Cláudia Lucia Lessa Pascoal e Naiara Miranda Ruster;

**Sob a Responsabilidade do Departamento de Estudos e Pesquisas Médicas e de Reabilitação**



- Especialização na área oftalmológica (residência médica) – Dr. Rogério Neurauter

## 1 – INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA

### 1.1 – Estrutura de Governança

Na estrutura regimental do Ministério da Educação, Decreto 7690/12, Anexo I, capítulo II, art. 2º, inciso II, letra g define o Instituto Benjamin Constant como órgão específico singular da administração direta. O Regimento Interno do IBC, no Capítulo VI, artigos 29, 30, 31, 32 e 33 define a composição e regulamenta as atribuições do Conselho Diretor, sendo esta a única estrutura de governança da Instituição.

### 2.3– Sistema de Correição

No ano de 2014 foram instaurados três Processos Administrativos Disciplinares relacionados à conduta dos servidores. Dois já foram concluídos e um está em andamento.

Processo nº 23119.000191/2014-91- concluído

Processo nº 23119.000260/2014-67- concluído

Processo nº 23119.000647/2014-13 – em andamento

As Comissões do PAD instauradas foram compostas por membros indicados pelo MEC, já que o IBC não conseguiu constituir tais comissões. Em virtude do exposto, passou despercebido a obrigação de incluir as informações no Sistema do TCU, o que já está sendo providenciado.

### 2.4 - Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

#### QUADRO A.2.4 AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento		X			
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	X				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		X			
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.		X			

9.Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.	X				
<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
10.Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11.Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.	X				
12.É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	X				
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	X				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	X				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
16.Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17.Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18.Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.	X				
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19.Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.	X				
20.As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.	X				
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.	X				
22.As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.	X				
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23.A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.		X			
24.As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.		X			
25.A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.		X			
26.A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		X			
27.A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28.O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.	X				
29.O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.	X				
30.O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.	X				
Considerações Gerais: O Instituto Benjamin Constant pratica o seu controle interno através de reuniões com os Diretores dos Departamentos e mensalmente convoca o Conselho Diretor para deliberarem sobre questões ligadas ao bom desempenho do IBC. Até o momento não foi possível implantarmos efetivamente um sistema de controle interno, apesar de termos constituído uma Comissão de Auditoria Interna em 2012. A Comissão foi destituída, a pedido, no início de 2013. Temos consciência da necessidade de criarmos mecanismos de controles que apontariam nossos gargalos e proporiam soluções para melhoria do nosso desempenho a fim de cumprirmos os objetivos e metas do Plano de Desenvolvimento Institucional do IBC.					

## **RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE**

### **3.1 - Canais de acesso ao cidadão**

No ano de 2014 o IBC trabalhou com dois canais de acesso: o e-sic e o Fale conosco através do site do IBC.

No e-sic tivemos 19 solicitações/esclarecimentos que foram respondidos satisfatoriamente.

No Fale conosco recebemos em torno de 800 e-mails com perguntas/ dúvidas nas áreas pedagógicas e oftalmológicas, solicitações de pesquisas, marcação de consultas, solicitações de estágio e voluntariado, consultoria na área de acessibilidade etc, que foram todas respondidas pelos setores responsáveis.

Esses canais de acesso foram muito importantes, pois propiciaram à sociedade, um maior conhecimento da Instituição, a transparência das ações do IBC e uma análise frequente de nossas demandas, necessidades, serviços e atendimentos.

### **3.3 - Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços**

Está sendo instituída a prática para a realização da pesquisa de satisfação dos clientes, no IBC, em todos os Departamentos, em relação aos materiais produzidos e os serviços oferecidos. A Divisão de Produção de Material Especializado - DPME e a Divisão de Capacitação de Recursos Humanos - DCRH realizaram a referida pesquisa visando avaliar os materiais didático-especializados, os cursos de capacitação oferecidos em âmbito nacional (interno e externo) e as instalações físicas do IBC, utilizadas nos cursos.

### **3.4 - Acesso às informações da unidade jurisdicionada**

Esse ícone está disponibilizado no site do IBC, no lado esquerdo da tela, com as informações referentes às ações da Instituição, úteis à sociedade visando a transparência da gestão.

### **3.5 - Avaliação do desempenho da unidade jurisdicionada**

Conforme informado no item 3.3, o IBC está instituindo a prática para a realização da pesquisa de satisfação dos clientes, no IBC, em todos os setores que prestam serviços diretamente ao cidadão.

### **3.6 - Medidas relativas à acessibilidade**

Para garantir o cumprimento das normas relativas à acessibilidade, Nossa unidade busca intervir no espaço físico do Instituto Benjamin Constant de acordo com a lei 110.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, ao decreto nº 5.296/2004 e às normas técnicas da ABNT.

A acessibilidade pressupõe vários tipos de iniciativas e ações.

1. A acessibilidade arquitetônica ou elementos materiais que facilitem o acesso com pessoas com deficiência aos bens e dependências da unidade em questão

- Colocação de guarda-corpos em lugares que representem perigo para as pessoas cegas que circulam no IBC;
- Aplicação de pisos podotáteis em lugares estratégicos;
- O uso de fitas antiderrapantes em degraus das escadas e algumas rampas que apresentavam perigo;
- Colocação de sanitários adaptados e barras de apoio para cadeirantes;
- Identificação de salas através da numeração em Braille e em tinta em tipos ampliados para atender ao público de baixa visão;
- O setor de baixa visão tem suas portas pintadas em azul escuro para favorecer sua identificação;
- Projeto para colocação de balizadores (modelo Olegário) no passeio público em frente ao IBC. Tal intervenção foi necessária, para promover a segurança das pessoas portadoras de deficiência visual que circulam na calçada em frente ao IBC, no trecho entre o abrigo de ônibus e a faixa de pedestres com sinal sonoro, já que esta vêm sendo ocupada por veículos, muitas vezes com as duas rodas sobre a calçada, para desembarque de pessoas, gerando assim uma área de conflito, com histórico de acidentes;
- As rampas de acesso à casa de atividades da vida diária (AVD) 3, assim como a de acesso aos vestiários do Ginásio.

## 2. Acessibilidade educacional e cultural

- As questões referentes ao ensino de estudantes cegos ou com baixa visão é apoiado em materiais didáticos acessíveis produzidos, criados e adaptados por nossas equipes de trabalho.

Materiais em Braille em tipos ampliados. O material pedagógico é todo ele direcionado a esses dois grupos de alunos, atendendo suas especificidades, usando técnicas e materiais compatíveis em relação às disciplinas e conteúdos específicos;

- O universo cultural também é trazido por materiais especializados, aulas de artes plásticas; contamos, inclusive, com uma oficina de cerâmica e uma acervo de maquetes.

## 3. Tecnologia Assistiva

- Trabalhamos apoiados por programas específicos para pessoas cegas e com baixa visão.

Leitores de tela, softwares que ampliam fontes e trabalham com diversos contrastes e ferramentas para melhorar o desempenho com pessoas com baixa visão.

Equipamos a biblioteca Luis Braille e outro espaços com máquinas de última geração que apresentam o braile, desenhos em relevo e outras que convertem o texto escrito em áudio.

Possuímos ainda um estúdio de gravação no qual produzimos o audiolivro.

Instituto Benjamin Constant conta com 04 laboratórios de informática

## 4. Acessibilidade Social

- Como uma Instituição aberta, o Instituto Benjamin Constant busca suprir as lacunas trazidas pela deficiência visual, promovendo a interação entre seu alunado e a sociedade. Saídas pedagógicas (visitas a museus, espaços culturais, pontos

turísticos, feiras e exposições) dão à pessoa com deficiência visual informação, participação social, senso crítico e acesso a tudo aquilo que forma no intelecto e o espírito do homem.

## **4 - AMBIENTE DE ATUAÇÃO**

### **4.1 - Informações o ambiente de atuação da unidade jurisdicionada**

O Instituto Benjamin Constant é uma Instituição especializada na educação global da pessoa com deficiência visual (pessoas cegas ou com baixa visão). Atuamos num ambiente eminentemente educacional, assim, não temos como interlocutores empresas, temos interfaces com secretarias de educação, escolas publicas e privadas no âmbito da acessibilidade prestamos consultoria a escolas, empresas de diferentes naturezas, ampliando e favorecendo o acesso da pessoa cega ou com baixa visão em ambientes educativos, bem como em ambientes ligados ao mundo do trabalho. A abrangência de nossa atuação é única dentro do cenário da educação brasileira.

Nossos produtos referem-se à produção e disseminação do conhecimento. Publicamos livros e revistas; pesquisamos e confeccionamos materiais didáticos especializados que possibilitam o acesso de crianças e jovens a diferentes saberes.

A capacitação de docentes e técnicos através dos cursos ofertados pelo IBC são vias de acesso para esses profissionais que, em cadeia, abrem caminhos de acessibilidade para crianças e jovens em todo território nacional.

Não militamos no campo dos negócios, uma vez que somos uma entidade publica educacional. Nossas iniciativas e ações visam ao desenvolvimento intelectual social e humano do individuo com deficiência visual.

Avançamos nos últimos anos amparados pela Lei 10.098/2000 pelo Decreto 5.296/2004 e as normais técnicas da ABNT. Tal aporte legal e humanístico abriu novas perspectivas embora tenhamos plena consciência de que ainda há muito a fazer. O Instituto Benjamin Constant encontra-se no Rio de Janeiro; busca cumprir seu papel, ampliando seu raio de ação. Entretanto, o Brasil revela pontos nevrálgicos a serem atacados. A acessibilidade não pode ser vista apenas pelo ângulo da Lei, mais dentro de uma visão dos direitos humanos.

## **PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS**

### **5.1 – Planejamento da Unidade**

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI do IBC encontra-se em fase de reestruturação, observando as demandas internas e externas, buscando a melhoria do processo educacional, reabilitacional, social e humano do público alvo atendido por nossa Instituição. A diversidade de competências, inserida no Regimento Interno, faz com que tenhamos um largo raio de ação, que vai desde o atendimento à Estimulação Precoce, da educação infantil ao 9º ano do Ensino Fundamental, passa pela prevenção às causas da cegueira, viabiliza a produção de conhecimento, dissemina métodos e técnicas de ensino, produz impressos em Braille e em tipos ampliados, capacita profissionais na área da deficiência da visão, presta assessoria tecnicopedagógica, entre muitos outros atendimentos e serviços. Através do PDI, temos o desenho do perfil de uma instituição multifacetada cujo pioneirismo, em várias áreas, proporciona a inclusão da pessoa com deficiência visual no Sistema Educacional Brasileiro, tornando-o uma referência nas questões concernentes à deficiência visual.

O Instituto Benjamin Constant guarda em si a história da Educação Especial em nosso país. Sua relevância não está circunscrita ao município do Rio de Janeiro, mas tem reconhecimento nacional e internacional.

Para atender os desejos e necessidades da sociedade, que, cada vez mais, tornam-se competitivos e tecnológicos, este Plano contém propostas de ampliação e faz projeções que poderão cobrir as várias possibilidades apontadas no conjunto das ideias desenvolvidas neste planejamento.

Em 2014 realizamos Concurso Público para provimento para 10 cargos de professor, nas áreas de surdocegueira (2), deficiência múltipla (3), artes cênicas (1) e informática educacional (4) e 10 cargos Classe C, assim distribuídos: Administrador de Edifícios (1); Auxiliar de Biblioteca (4) e Auxiliar em Assuntos Educacionais (5), conforme autorização do MPOG através da Portaria nº 344 de 26/09/2013 onde o IBC recebia mais 67 cargos de docentes. Deste total, 57 foram convocados do através do Concurso realizado em 2012 e tomaram posse durante o exercício de 2014.

A ampliação do quadro de professores possibilitou a expansão e melhoria da qualidade dos atendimentos e serviços oferecidos pela Instituição, propiciando à pessoa com deficiência visual a conquista da cidadania, o respeito da sociedade e a sua inclusão no mundo do trabalho.

a) **MISSÃO:** Educar, reabilitar e profissionalizar a pessoa portadora de deficiência visual, em âmbito nacional, buscando dar condições plenas e igualitárias de um efetivo exercício da cidadania.

b) **VISÃO:** Exercer e ampliar suas finalidades enquanto Centro de Referência Nacional nas questões vinculadas à deficiência visual, buscando atuar cada vez mais na produção e difusão do conhecimento, na capacitação de recursos humanos e no apoio técnico prestado em âmbito nacional.

c) **OBJETIVOS:**

- Ampliar e adequar, em âmbito nacional, as possibilidades educacionais, reabilitacionais e profissionais para pessoas portadoras de deficiência visual.
- Buscar, através de campanhas institucionais, formação de recursos humanos, estudos e pesquisas, prevenção às causas da cegueira e atendimento ambulatorial e cirúrgico a diminuição da incidência de deficiência visual na população brasileira.

O Plano de atuação elaborado para o exercício de 2014 foi construído baseado nos seguintes objetivos e metas:

- Atingir as metas físicas e financeiras estipuladas no PPA 2012-2015;
- Reestruturar nossas competências regimentais. Continuamos aguardando a aprovação pela Secretaria Executiva do MEC da criação do Departamento de Capacitação e Pesquisa, onde se encontra em análise desde 2012;
- Ampliar as parcerias com Instituições Públicas e Privadas;
- Buscar, através da formação de recursos humanos, de estudos e pesquisas a ampliação e adequação, em âmbito nacional, das possibilidades educacionais, reabilitacionais e profissionais para pessoas com deficiência visual;
- Buscar, através da formação de recursos humanos, de estudos e pesquisas, de campanhas de prevenção às causas da cegueira e de atendimento ambulatorial e cirúrgico, a diminuição da incidência da deficiência visual na população brasileira;

- Produzir material especializado, impressos em Braille e em tipos ampliados, apoiando o processo educacional e a inclusão da pessoa com deficiência visual em todo território nacional;
- Produzir e distribuir publicações tecnicocientíficas, disseminando o conhecimento na área da deficiência visual, com o objetivo de dar maior qualidade ao atendimento educacional especializado oferecido à pessoa com deficiência visual.

## **5.2 – Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados**

### **5.2.3 – Ações**

O IBC não tem gerência sobre o Programa Educação Básica, somente nas ações que estão representadas abaixo:

Em 2014 aumentou o número de alunos matriculados com deficiências múltiplas o que evidenciou a carência de servidores nas áreas técnico-administrativas como: medicina, fisioterapia, terapia ocupacional, musicoterapia, psicomotricidade, psicopedagogia, biblioteconomia, ortóptica, arquitetura, engenharia civil, massoterapia, assistente em administração (no último Concurso foram autorizados 09 cargos), assistente de alunos (no último Concurso foram autorizados 10 cargos), revisor de textos em Braille e transcritor.

Este quadro efetivo reduzido tem nos impedido de atender com maior amplitude nossa Missão Institucional. Há necessidade de termos servidores efetivos desenvolvendo essas atividades que, em alguns casos, estão sendo realizadas através de terceirização. O Instituto Benjamin Constant como Centro de Referência Nacional na Área da Deficiência Visual, precisa, cada vez mais, atuar e apoiar os mais diversos estabelecimentos de ensino seja público ou privado, para a efetivação de uma inclusão de fato do aluno com deficiência visual em todo o País. Vale ressaltar que o IBC dentro de suas competências regimentais realiza ações de produção e distribuição de material especializado para todo o território Nacional e países de língua portuguesa.



### 5.2.3.2 – Ações/Subtítulos – OFSS

Quadro A.5.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	20RI - Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica <b>Tipo: Atividade</b>						
<b>Descrição</b>	Manutenção das instituições por meio de gestão administrativa, financeira e técnica, propiciando condições de funcionamento da educação básica nas instituições federais de ensino, inclusive Colégio Pedro II, Instituto Nacional de Educação de Surdos e Instituto Benjamin Constant, de modo a atender adequadamente as demandas e especificidades dos alunos dessas instituições. Assistência ao educando; aquisição, elaboração, produção e distribuição de material didático-pedagógico e especializado; aquisição de material de consumo e permanente; elaboração de processos para a contratação de serviços de pessoas físicas e jurídicas; pagamento de contribuições e anuidades a organismos nacionais e internacionais, atividades de capacitação de servidores em geral, envolvendo diárias, passagens, realização e participação em eventos, investimentos em obras e instalações, ampliação, reforma e adaptação, observados os limites da legislação vigente.						
<b>Iniciativa</b>	02BY - Manutenção das instituições federais de educação básica e apoio financeiro aos entes federados para a manutenção e desenvolvimento do ensino						
<b>Objetivo</b>	Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados. <b>Código: 0598</b>						
<b>Programa</b>	Educação Básica		<b>Código: 2030</b>		<b>Tipo: Temático</b>		
<b>Unidade Orçamentária</b>	26105 – Instituto Benjamin Constant						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual – 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	26.709.824,00	29.709.824,00	22.123.645,76	15.749.822,30	15.379.779,47	369.842,83	6.373.823,46
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
	<b>Estudante Matriculado</b>		<b>Unidade</b>	<b>797</b>	<b>817</b>	<b>817</b>	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	9.705.003,17	4.177.008,51	600,00	Estudante Matriculado	Unidade	817	

Quadro A.5.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação
-----------------------

<b>Código</b>	4005 - Apoio à Residência em Saúde						<b>Tipo: Atividade</b>	
<b>Descrição</b>	Desenvolvimento dos programas de Residência Médica e de Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde vinculados às Instituições Federais de Ensino Superior, por meio de financiamento de bolsas aos residentes, com objetivo de proporcionar aos profissionais da saúde, por meio de treinamento em serviço, melhor qualificação nas especialidades da área da saúde, visando à melhoria no atendimento à população. Todos os programas devem autorizados, reconhecidos e renovado reconhecimento, bem como avaliados pelas respectivas Comissões Nacionais de Residência Médica (CNRM) e Multiprofissional em Saúde (CNRMS), e os residentes selecionados por meio de edital público, conforme a legislação vigente.							
<b>Iniciativa</b>	Expansão, reestruturação, manutenção e funcionamento dos hospitais universitários federais, com promoção da qualificação de recursos humanos na saúde e ampliação de programas de Residência em Saúde, nas profissões, especialidades e regiões prioritárias para o país							
<b>Objetivo</b>	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos. <b>Código: 0841</b>							
<b>Programa</b>	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão <b>Código: 2032 Tipo: Temático</b>							
<b>Unidade Orçamentária</b>	26105 – Instituto Benjamin Constant							
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras							
<b>Lei Orçamentária Anual – 2014</b>								
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>								
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014		
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
0033	848.248,00	848.248,00	758.279,18	758.279,18	758.279,18	0	0	
<b>Execução Física da Ação - Metas</b>								
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante				
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
	<b>Profissionais de Saúde</b>		<b>Unidade</b>	<b>18</b>	<b>18</b>	<b>18</b>		
<b>Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores</b>								
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas				
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada		
	0	0	0	0	0	0		

**Quadro A.5.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS**

<b>Identificação da Ação</b>	
<b>Código</b>	2004-Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes. (PO: 0001) – e Exames Periódicos (PO:0002) <b>Tipo: Atividade</b>
<b>Descrição</b>	Concessão em caráter suplementar, do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores, militares e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei n.º 8.745, de 09 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médico-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório.

	por meio de ressarcimento.						
<b>Iniciativa</b>							
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>						
<b>Programa</b>	<b>Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação</b>						<b>Código: 2109</b>
	<b>Tipo: Gestão</b>						
<b>Unidade Orçamentária</b>	26105 – Instituto Benjamin Constant						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
<b>Lei Orçamentária Anual – 2014</b>							
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033-PO-0001	500.352,00	520.352,00	464.307,07	464.307,07	464.307,07	0	0
0033-PO-0002	45.216,00	45.216,00	45.216,00	0	0	0	45.216,00
<b>Execução Física da Ação – Metas</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
0033-PO-0001							
0033-PO-0002							
<b>Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0033-PO-0001	0	0	0	0		0	0
0033-PO-0002	2.856,00	0	0	0		0	0

**Quadro A.5.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS**

<b>Identificação da Ação</b>							
<b>Código</b>	2010 – Assistência Pré – Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - <b>Tipo: Atividade</b>						
<b>Descrição</b>	Concessão do benefício de assistência pré – escolar pago diretamente no contra-cheque a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei n.º 8.745, de 09 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré – escolar.						
<b>Iniciativa</b>							
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>						
<b>Programa</b>	<b>Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação</b>						<b>Código: 2109</b>
	<b>Tipo: Gestão</b>						
<b>Unidade Orçamentária</b>	26105 – Instituto Benjamin Constant						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
<b>Lei Orçamentária Anual – 2014</b>							
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>							
Nº do	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	

subtítulo/ Localizador	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	10.200,00	21.200,00	16.647,57	16.647,57	16.647,57	0	0
<b>Execução Física da Ação – Metas</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
	0			0	0	0	0
<b>Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	0	0	0	0	0	0	

**Quadro A.5.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS**

<b>Identificação da Ação</b>							
<b>Código</b>	2011 – Auxílio – Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares – <b>Tipo: Atividade</b>						
<b>Descrição</b>	Pagamento pela União de auxílio-transporte em pecúnia de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, internacional ou interestadual pelos servidores, militares e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei n.º 8.745, de 09 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa. A concessão do benefício por intermédio desta ação não é extensiva a estagiários, cuja despesa deverá correr à conta das dotações quais correm o custeio das respectivas bolsa de estágio.						
<b>Iniciativa</b>							
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>						
<b>Programa</b>	<b>Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109</b> <b>Tipo: Gestão</b>						
<b>Unidade Orçamentária</b>	26105 – Instituto Benjamin Constant						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
<b>Lei Orçamentária Anual – 2014</b>							
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	186.204,00	322.204,00	317.846,84	317.846,84	317.846,84	0	0
<b>Execução Física da Ação – Metas</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
	0			0	0	0	0
<b>Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores</b>							

Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas		
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
	0	0	0	0	0	0

**Quadro A.5.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS**

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	2012 – Auxílio – Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares – <b>Tipo: Atividade</b>						
<b>Descrição</b>	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio – alimentação aos servidores militares e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei n.º 8.745, de 09 de dezembro de 1993), ou por meio de manutenção de refeitório, benefício que será pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado ou por meio de manutenção de refeitório.						
<b>Iniciativa</b>							
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>						
<b>Programa</b>	<b>Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109</b> <b>Tipo: Gestão</b>						
<b>Unidade Orçamentária</b>	26105 – Instituto Benjamin Constant						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual – 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	920.004,00	1.094.004,00	1.081.369,75	1.081.369,75	1.081.369,75	0	0
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
	0			0	0	0	0
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	0	0	0	0	0	0	

**Quadro A.5.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS**

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação <b>Tipo: Atividade</b>					
<b>Descrição</b>	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal. Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.					
<b>Iniciativa</b>						

<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>						
<b>Programa</b>	<b>Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109</b> <b>Tipo: Gestão</b>						
<b>Unidade Orçamentária</b>	26105 – Instituto Benjamin Constant						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
<b>Lei Orçamentária Anual – 2014</b>							
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	411.469,00	411.469,00	212.007,94	153.592,25	149.059,10	4.533,15	58.415,69
<b>Execução Física da Ação – Metas</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
	0		0	0	0	0	0
<b>Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	265.143,75	32.261,55	0	0	0	0	

**Quadro A.5.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS**

<b>Identificação da Ação</b>							
<b>Código</b>	20TP – Pagamento de Pessoal Ativo da União					<b>Tipo: Atividade</b>	
<b>Descrição</b>	Pagamento de espécies remuneratórias devidas aos servidores e empregados ativos civis da União,						
<b>Iniciativa</b>							
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>						
<b>Programa</b>	<b>Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109</b> <b>Tipo: Gestão</b>						
<b>Unidade Orçamentária</b>	26105 – Instituto Benjamin Constant						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
<b>Lei Orçamentária Anual – 2014</b>							
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	11.183.252,00	16.299.844,00	16.133.116,68	16.133.116,68	16.133.116,68	0	0
<b>Execução Física da Ação – Metas</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
	<b>Servidor empregado</b>		<b>Unidade</b>	249	279	264	

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
	0	0	0	0	0	0

**Quadro A.5.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS**

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	00M1 – Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio – Funeral e Natalidade <b>Tipo: Operações Especiais</b>						
<b>Descrição</b>	Despesas Orçamentárias com o pagamento de Auxílio-Funeral devido a família do servidor ou do militar falecido na atividade ou a terceiro que custear, comprovadamente as despesas com o funeral do ex-servidor ou do ex-militar, bem como o pagamento de Auxílio – Natalidade devido a servidora ou militar, cônjuge ou companheiro do servidor público ou militar por motivo de nascimento do filho.						
<b>Iniciativa</b>							
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>						
<b>Programa</b>	<b>Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109</b> <b>Tipo: Gestão</b>						
<b>Unidade Orçamentária</b>	26105 – Instituto Benjamin Constant						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual – 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	37.181,00	37.181,00	17.787,55	17.784,55	17.784,55	0	3,00
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
	<b>0</b>			<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	0	0	0	0	0	0	

**Quadro A.5.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS**

Identificação da Ação	
<b>Código</b>	09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais <b>Tipo: Operações Especiais</b>
<b>Descrição</b>	Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º, da Lei n.º

	10.887, de 18 de junho de 2004.						
<b>Iniciativa</b>							
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>						
<b>Programa</b>	<b>Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação</b>						<b>Código: 2109</b>
	<b>Tipo: Gestão</b>						
<b>Unidade Orçamentária</b>	26105 – Instituto Benjamin Constant						
<b>Ação Prioritária</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não    Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras						
<b>Lei Orçamentária Anual – 2014</b>							
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	1.986.662,00	3.283.132,00	3.142.216,53	3.142.216,53	3.142.216,33	0	0
<b>Execução Física da Ação - Metas</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	0	0	0	0	0	0	

**Quadro A.5.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS**

<b>Identificação da Ação</b>							
<b>Código</b>	0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis - <b>Tipo: Operações Especiais</b>						
<b>Descrição</b>	Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis da União ou dos seus dependentes.						
<b>Iniciativa</b>							
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>						
<b>Programa</b>	<b>Previdência de Inativos e Pensionistas da União</b>						<b>Código: 0089</b>
	<b>Tipo: Operações Especiais</b>						
<b>Unidade Orçamentária</b>	26105 – Instituto Benjamin Constant						
<b>Ação Prioritária</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não    Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras						
<b>Lei Orçamentária Anual – 2014</b>							
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	23.859.437,00	25.271.016,00	25.097.724,53	25.097.724,53	25.073.037,14	24.687,39	0
<b>Execução Física da Ação - Metas</b>							



Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
	65.479,44	0	0	0	0	0

#### Quadro A.5.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	0536 – Pensões Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais <b>Tipo: Operações Especiais</b>						
<b>Descrição</b>	Pagamento de pensões em decorrência de Legislação Especial ou de Sentença Judiciais						
<b>Iniciativa</b>							
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>						
<b>Programa</b>	<b>Operações Especiais Outros Encargos Especiais Código: 0909 Tipo: Operações Especiais</b>						
<b>Unidade Orçamentária</b>	26105 – Instituto Benjamin Constant						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual – 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	18.200,00	18.200,00	17.376,00	17.376,00	17.376,00	0	0
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	0	0	0	0	0	0	

#### 5.4- Informações sobre indicadores de desempenho operacional

##### Indicadores

Temos buscado melhorar a consistência dos nossos indicadores, com vistas a garantir a precisão

daquilo que se quer avaliar, considerando a especificidade da Instituição. São eles: números de alunos matriculados, evadidos, capacitação de servidores, atendimentos oftalmológicos e ambulatoriais na prevenção da cegueira.

➤ **Índice de Gasto Total**

**Objetivo:** Quantificar o percentual do total gasto realizado frente ao previsto

**Definições:** Gasto Total: Consideram-se todos os gastos realizados.

**Recurso Orçamentário:** Considera-se o valor aprovado na LOA para a Ação mais as suplementações ocorridas no exercício.

**Tipo:** Eficiência

**Método de cálculo:** Divisão do total de gastos realizados pelo recurso Orçamentário.

**Fórmula:** Índice de Gasto Total  
=

Total de Gastos

Recurso Orçamentário

**Responsável:** Diretora do DPA

➤ **Gasto Corrente por Aluno**

**Objetivo:** Quantificar os gastos correntes por aluno, em R\$

**Definições:** Gastos Correntes: Consideram-se todos os gastos realizados em custeio.  
Aluno: Número de matrículas efetuadas.

**Tipo:** Eficiência

**Método de cálculo:** Divisão do total de gastos correntes realizados pelo número de matrículas.

**Fórmula:** Gastos Correntes por Aluno = Total de Gastos Correntes em R\$  
Nº de matrículas efetuadas

**Responsável:** Diretor dos Departamentos DED/DMR/DPA

➤ **Gasto Total por Aluno**

**Objetivo:** Quantificar o gasto total por aluno, em R\$

**Definições:** Gasto Total: Consideram-se todos os gastos realizados no exercício.  
Aluno: Número de matrículas efetuadas.

**Tipo:** Eficiência

**Método de cálculo:** Divisão do total de gastos realizados pelo número de matrículas.

**Fórmula:** Gasto Total por Aluno = Total de Gastos em R\$  
Nº de matrículas efetuadas

**Responsável:** Diretor dos Departamentos DED/DMR/DPA

➤ **Gasto Total por Clientela Atendida**

**Objetivo:** Quantificar o gasto total por clientela atendida, em R\$

**Definições:** Gasto Total: Consideram-se todos os gastos realizados.

Clientela Atendida: Número de pessoas atendidas, alunos, clientes da Oftalmologia e usuários da biblioteca, pelo Instituto.

**Tipo:** Eficiência

**Método de cálculo:** Divisão do total de gastos realizados pelo número de pessoas atendidas pelo Instituto.

**Fórmula:** Gasto Total por Clientela Atendida = Total de Gastos em R\$  
Nº de Pessoas atendidas

**Responsável:** Diretor dos Departamentos DED/DMR/DPA

➤ **Gasto por Ação (valor Orçamentário)**

**Objetivo:** Comparar o Total de Gastos Realizados na Ação com o recurso previsto na Lei Orçamentária.

**Definições:** Gasto Total: consideram-se todos os gastos realizados na Ação, em R\$.

Ação: considera-se Ação o detalhamento do Programa, conforme estabelecido na Lei Orçamentária Anual.

Recurso Orçamentário: Considera-se o valor aprovado na Lei Orçamentária para as Ações, mais as suplementações ocorridas no exercício, em R\$.

**Tipo: Eficiência**

**Método de cálculo:** Divisão do Total de Gastos Realizados na Ação pelo Recurso Orçamentário

previsto na Lei Orçamentária Anual.

**Fórmula:** Gasto por Ação (valor Orçamentário) =  $\frac{\text{Total de Gastos em R\$}}{\text{Recurso Orçamentário}} \times 100$

**Responsável:** Diretor do DPA

➤ **Gasto por Ação (valor disponibilizado)**

**Objetivo:** Comparar o total de gastos realizados na Ação com o recurso efetivamente disponibilizado.

**Definições:** Gasto Total: consideram-se todos os gastos realizados com Ações.

Ação: Considera-se Ação o detalhamento do Programa, conforme estabelecido na Lei Orçamentária Anual.

Recurso Disponibilizado: Considera-se o recurso efetivamente liberado para a Ação.

**Tipo: Eficiência**

**Método de cálculo:** Divisão do Total de Gastos Realizados na Ação pelos Recursos Disponibilizados.

**Fórmula:**

Índice de gasto com Ações (valor disponibilizado) =  $\frac{\text{Total de Gastos em R\$}}{\text{Valor disponibilizado em R\$}} \times 100$

**Responsável:** Diretor do DPA

➤ **Índice de Atendimento ao Servidor em diversas Áreas de Capacitação**

**Objetivo:** Quantificar percentualmente a participação de servidores em cursos / eventos / seminários em relação à meta prevista.

**Definições:** Atendimento ao Servidor: oferecer ao servidor oportunidade de qualificação ou requalificação em diversas áreas.

Quantidade Prevista: Meta apresentada na Lei Orçamentária Anual para a Ação.

**Tipo: Eficácia**

**Método de cálculo:** Divisão do número de capacitação dos servidores em cursos / eventos / seminários de capacitação pela quantidade prevista.

**Fórmula:** Índice de Capacitação de Servidores =  $\frac{\text{Nº de participações obtidas}}{\text{Quantidade prevista}} \times 100$

**Responsável:** Diretor do DTE

➤ **Índice de Servidores Capacitados (Geral)**

**Objetivo:** Evidenciar percentualmente a quantidade de servidores capacitados com o total de servidores do Instituto.

**Definições:** Servidor Capacitado: total de servidores do Instituto que participaram, de algum curso ou evento ou seminário para sua capacitação.

Total de Servidores: Total de Servidores do Instituto.

**Tipo: Eficácia.**

**Método de cálculo:** Divisão do número de servidores capacitados pelo total de servidores do Instituto.

**Fórmula:** Índice de Servidores Capacitados =  $\frac{\text{Nº de servidores capacitados}}{\text{Total de servidores}} \times 100$

**Responsável:** Diretor do DTE

➤ **Índice de Atendimento Oftalmológico Cirúrgico**

**Objetivo:** Evidenciar a eficácia do tratamento cirúrgico realizado.

**Definições:** Realização de cirurgias: total de cirurgias de catarata e de glaucoma realizadas com sucesso pelo Serviço Médico Oftalmológico.

**Tipo: Eficácia**

**Método de cálculo:** Divisão do total de cirurgias de catarata e glaucoma realizadas com sucesso pela quantidade de cirurgias realizadas.

**Fórmula:** Índice de Atendimento Cirúrgico =

$$\frac{\text{Nº de cirurgias de glaucoma e catarata realizadas com sucesso}}{\text{Nº de cirurgias de catarata e glaucoma realizadas}} \times 100$$

**Responsável:** Diretor do DMR

#### ➤ Índice de Atendimento Oftalmológico Ambulatorial

**Objetivo:** Evidenciar percentualmente o atendimento oftalmológico ambulatorial prestado aos alunos e à comunidade em relação ao número de consultas previstas.

**Definições:** Atendimento Oftalmológico Ambulatorial: total de consultas realizadas pelo Departamento Médico.

Quantidade de Consultas Previstas: meta estabelecida, no período, para atendimento aos alunos e à comunidade.

**Tipo: Eficácia**

**Método de cálculo:** Divisão do número total de consultas realizadas pela meta estabelecida.

**Fórmula:** Índice de Atendimento Oftalmológico = 
$$\frac{\text{Nº de Consultas realizadas}}{\text{Nº de consultas previstas}} \times 100$$

**Responsável:** Diretor do DMR

#### ➤ Índice de Matrículas

**Objetivo:** Verificar o grau de realização da ação.

**Definições:** Matrícula: total de matrículas realizadas.

Quantidade Prevista: Meta apresentada na Lei Orçamentária Anual para a Ação.

**Tipo: Eficácia**

**Método de cálculo:** Divisão do número total de matrículas efetuadas pela meta estabelecida.

**Fórmula:** Índice de Matrícula = 
$$\frac{\text{Nº de Alunos Matriculados}}{\text{Quantidade Prevista}} \times 100$$

**Responsável:** Diretores dos Departamentos DED/DMR e GABINETE

#### ➤ Índice de Evasão

**Objetivo:** Quantificar a desistência de alunos da Educação Infantil ao nono ano do Ensino

Fundamental.

**Definições:** Alunos Evadidos: total de alunos que saem do Instituto, por abandono ou por cancelamento de matrícula, sem que tenham concluído o Ensino Fundamental.

Alunos Matriculados: Total de alunos matriculados da Educação Infantil ao nono ano do Ensino Fundamental.

**Tipo: Eficiência**

**Método de cálculo:** Divisão do total de alunos evadidos pelo total de alunos matriculados.

**Fórmula:** Índice de Evasão = 
$$\frac{\text{Nº de alunos evadidos}}{\text{Nº de alunos matriculados}} \times 100$$

**Responsável:** Diretor do DED e GABINETE

#### ➤ Índice de Aprovação

**Objetivo:** Verificar o rendimento dos alunos.

**Definições:** Alunos Aprovados: total de alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental que apresentaram condições para prosseguimento dos estudos na série seguinte.

Alunos Matriculados: Total de alunos matriculados na Educação Infantil e no Ensino Fundamental.

**Tipo: Eficiência**

**Método de cálculo:** Divisão do total de alunos aprovados pelo total de alunos matriculados.

**Fórmula:** Índice de Aprovação =  $\frac{\text{N}^\circ \text{ de alunos aprovados}}{\text{N}^\circ \text{ de alunos matriculados}} \times 100$

**Responsável:** Diretor do DED e GABINETE

#### **Cálculo dos Indicadores**

Base de Cálculo: dados do ano de 2014

**Índice de Gasto Total = 89,14%**

Gasto Total: R\$ 69.427.541,40

Recurso Orçamentário: R\$ 77.881.890,00

**Gastos Correntes por Aluno = aluno/ano – R\$ 27.469,57**

Gastos Correntes: R\$ 22.442.645,60

Nº de Matrículas: 817

**Gasto Total por Aluno = aluno/ano – R\$ 28.933,54**

Gasto Total: R\$ 23.638.710,20

Nº de Matrículas: 817

**Gasto Total por Clientela Atendida = clientela/ano – R\$ 374,52**

Clientela Atendida: 817 alunos, 56.137 clientes da 5.021 usuários da biblioteca e 1.141 visitantes de Instituições Públicas e Privadas = clientes = 63.116

#### **Gasto com Ações (valor Orçamentário)**

**Programa 2030 – Educação Básica**

**Ação 20RI - Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica**

**123680203020RI0033 – Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica**

**Indicador: Índice de gasto com Ações: Gasto/Previsto: 74,46%**

**Gasto Total:** R\$ 22.123.645,46

**Total de recursos Orçamentários:** R\$ 29.709.824,00

**Programa 2109 – Programa de Gestão e Manutenção do MEC**

**Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de**

**Qualificação e Requalificação 12128210945720033 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação**

**Indicador:** Índice de gastos com a capacitação de servidores públicos federais no processo de qualificação e requalificação: Gasto / Previsto: **51,52%** **Gasto Total:** R\$ 212.007,94

**Recurso Orçamentário:** R\$ 411.469,00

**Programa 2032 – Graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão Ação 4005 -**

**Apoio a Residência em Saúde 12364203240050033 – Apoio a Residência em Saúde**

**Indicador:** Índice de gastos com o funcionamento da Residência Médica: Gasto / Previsto: **89,39%**

**Gasto Total:** R\$ 758.279,18

**Recurso Orçamentário:** R\$ 848.278,00

**Índice de Atendimentos Realizados a Servidores em diversas Áreas de Capacitação = 173%**

Nº de Atendimentos: 297

Quantidade prevista: 171

**Índice de Capacitação de Servidores (Geral) = 59,9%**

Nº de servidores capacitados em algum curso / evento / seminário: 127

Total de servidores do Instituto: 264

**Índice de Atendimento Oftalmológico Cirúrgico = 89,6%**

Nº de cirurgias de glaucoma e catarata realizadas com sucesso = 1.674

Nº de cirurgias de glaucoma e catarata realizadas = 1.868

**Índice de Atendimento Oftalmológico Ambulatorial = 311,8%**

Nº de consultas realizadas: 56.137

Nº de consultas previstas: 18.000

**Índice de Matrículas = 102,5%**

Nº de alunos matriculados: 817

Quantidade prevista: 797

**Índice de Evasão = 9,8%**

Nº de alunos evadidos: 35

Nº de alunos matriculados: 354

**Índice de Aprovação = 79,4%**

Nº de alunos aprovados: 155

Nº de alunos matriculados: 195

**QUADRO COMPARATIVO DE RESULTADOS DE AÇÃO/PPA NOS ANOS DE 2013 e 2014**

<b>Programa</b>	<b>Ação</b>	<b>Indicadores</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
2 0 3 0 Educação Básica	20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica	Gasto com Ação	69,22%	74,46
		Índice de Matemáticas	91,26%	102,5%
		Índice de Evasão	4,74%	9,8%
		Índice de Aprovação	80,33%	79,4%
2 1 0 9 Programa de Gestão e	4 5 7 2 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo	Gasto com Ação	53,52%	51,52
		Índice de Atendimento ao servidor em diversas áreas de	103,10%	173,6%
		Índice de capacitação de	66,98%	59,9%
2 0 3 2 Educação Superior - Graduação, pós- graduação	4 0 0 5 Apoio à Residência em Saúde	Gasto com Ação	69,33%	89,39%
		Índice de Atendimento oftalmológico	308,69%	311,8%
		Índice de Atendimento	84,00%	89,6%

O quadro comparativo acima evidencia um melhor desempenho nas ações institucionais, apesar do ainda reduzido quadro efetivo de servidores, na área técnico-administrativa. Continuaremos solicitando a criação de novos cargos, através de Concurso Público.

Nossos gastos foram menores do que no ano de 2013 e os índices apresentaram resultados satisfatórios, em alguns segmentos. Nossos servidores e funcionários têm envidado esforços para melhorar os serviços oferecidos pelo Instituto Benjamin Constant seja na

educação e reabilitação de nossos alunos, seja na capacitação e assessoria técnica de profissionais para o atendimento aos alunos deficientes visuais de todo Brasil, seja na produção, disseminação e

distribuição de material técnico pedagógico especializado, seja na prevenção a cegueira que, através de parcerias, beneficia comunidades carentes levando atendimento ambulatorial e, quando necessário, realizando procedimentos cirúrgicos, na área oftalmológica. Continuaremos a investir na capacitação de nossos servidores incentivando-os a participar de cursos e eventos, visando uma melhor

qualificação de suas atividades profissionais e pessoais. Continuaremos buscando junto ao Ministério da Educação a aprovação de um novo Regimento Interno, cujo objetivo é a ampliação das nossas competências, propiciando a criação de Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu e Stricto Sensu, Mestrado Profissional; propiciar aos profissionais ligados à área da educação um campo de pesquisas pedagógicas, de criação e aplicação de metodologias e de testes de material didático especializado em todos os níveis de ensino, atendendo aos novos rumos educacionais previstos pelo Ministério da Educação.

## GESTÃO DE FUNDOS DO CONTEXTO DE ATUAÇÃO DA UNIDADE

Não se aplica ao IBC.



## TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

### 6.1– Programação e Execução das despesas

#### 6.1.1– Programação das despesas

Quadro A.6.1.1 – Programação de Despesas

Unidade Orçamentária:		Código UO: 26105	UGO: 152004/00001			
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Correntes				
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes		
<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>		37.029.351,00	0	24.931.889,00		
<b>CRÉDITOS</b>	<b>Suplementares</b>	7.824.641,00	0	2.332.900,00		
	<b>Especiais</b>	<b>Abertos</b>	0	0	0	
		<b>Reabertos</b>	0	0	0	
	<b>Extraordinários</b>	<b>Abertos</b>	0	0	0	
		<b>Reabertos</b>	0	0	0	
	<b>Créditos Cancelados</b>		0	0	0	
<b>Outras Operações</b>		0	0	0		
<b>Dotação final 2014 (A)</b>		44.853.992,00	0	27.585.789,00		
<b>Dotação final 2013(B)</b>		38.704.701,00	0	26.526.950,00		
<b>Variação (A/B-1)*100</b>		15,89	0	3,99		
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência	
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida		
<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>		4.755.009,00	0	0	0	
<b>CRÉDITOS</b>	<b>Suplementares</b>	687.100,00	0	0	0	
	<b>Especiais</b>	<b>Abertos</b>		0	0	0
		<b>Reabertos</b>		0	0	0
	<b>Extraordinários</b>	<b>Abertos</b>		0	0	0
		<b>Reabertos</b>		0	0	0
	<b>Créditos Cancelados</b>			0	0	0
<b>Outras Operações</b>			0	0	0	
<b>Dotação final 2014 (A)</b>		5.442.109,00	0	0	0	
<b>Dotação final 2013(B)</b>		6.791.479,00	0	0	0	
<b>Variação (A/B-1)*100</b>		-19,87	0	0	0	

6.1.1.1 - Os créditos orçamentários de pessoal e encargos sociais evidenciado pela dotação proposta pela UO foi de R\$ 37.029.351,00, tendo a PLOA e LOA o mesmo registro, e que comprovadamente não foram suficientes para fazer face às despesas durante o exercício, necessitando de um acréscimo, através de créditos suplementares, no valor de R\$7.824.641,00, para que esta unidade pudesse fazer face a tais despesas, correspondendo este acréscimo o percentual de 21,13%.

Comparando com o exercício de 2013, houve um acréscimo de 15,89%, para o exercício de 2014, porém, durante a execução do exercício de 2013, o valor de R\$ 33.230.337,00, também não foram suficientes havendo necessidade de crédito suplementar no valor de R\$ 5.474.364,00, que corresponderam ao percentual de 16,47%.

As variações ocorridas entre os exercícios de 2013 e 2014 derivam do aumento no quadro de pessoal, ocorrido no exercício de 2013, através do concurso realizado para suprir vagas em diversos cargos do quadro efetivo da Instituição, através da Portaria MPOG n.º 450/2012, onde ingressaram 71(setenta e um) servidores e que através da Portaria MPOG, n.º 344/2013, neste exercício de 2014, foram admitidos 56 (cinquenta e seis) novos servidores.

Ainda em relação a pessoal, o crédito destinado para outras despesas correntes, ou seja, o valor global de R\$24.931.889,00, para o exercício de 2014, e para o exercício de 2013 o valor de R\$23.707.845,00, e que se encontra incorporado os valores destinados ao pagamento de custeio da folha, que atendem aos servidores, sendo assim distribuídos:

Orçamento de 2014:	Orçamento de 2013:
Auxílio – creche.....R\$ 7.200,00	10.200,00.....R\$ 7.200,00
Auxílio-transporte.....R\$ 252.000,00	186.204,00.....R\$ 252.000,00
Auxílio-alimentação.....R\$ 672.000,00	920.004,00.....R\$ 672.000,00
Assistência Médica.....R\$ 372.000,00	500.352,00.....R\$ 372.000,00
Exame Periódicos.....R\$ 26.526,00	45.216,00.....R\$ 26.526,00
Bolsa Residência Médica.....R\$ 794.985,00	848.248,00.....R\$ 794.985,00
Auxílio – Funeral/Natalidade..... R\$ 18.000,00	37.181,00.....R\$ -0-
Pensão Judicial..... R\$ 18.000,00	18.200,00 e o.....R\$ 18.000,00
Destinado a Capacitação..... <u>R\$ 387.600,00</u>	<u>R\$ 411.469,00</u> ..... <u>R\$ 387.600,00</u>
Totais	de:.....
R\$2.977.074,00.....	R\$2.530.311,00

Sobre tais pagamentos se verificados, encontramos um aumento substancial referente ao exercício de 2014, para o exercício de 2013, no percentual de 17,65%, e que tal aumento, é derivado dos concursos públicos nestes dois exercícios, e que visam atenderem as despesas as quais são destinadas, porém pagas em folha, isto posto, com exceção do orçamento para a capacitação, e que mesmo assim, sofreram em seus exercícios, necessidades de créditos suplementares na ordem de:

Orçamento de 2014:	Orçamento de 2013:
Auxílio – creche.....R\$ 6.470,00	11.000,00.....R\$ 6.470,00
Auxílio-transporte.....R\$ 0-	136.000,00.....R\$ 0-
Auxílio-alimentação.....R\$ 238.700,00	174.000,00.....R\$ 238.700,00
Assistência Médica.....R\$	61.300,00.....R\$ 61.300,00

61.300,00			
Exame Periódicos.....	R\$	-0-	.....R\$ -
0-			
Bolsa Residência Médica.....	R\$	20.000,00.....	R\$
192.370,00			
Auxílio – Funeral/Natalidade.....	R\$	-0-	.....R\$ -
0-			
Pensão Judicial.....	R\$	-0-	.....R\$ -
0-			
Destinado a Capacitação.....	R\$	-0-	.....R\$
<u>163.625,00</u>			
Totais de:.....	R\$	341.000,00.....	R\$
662.465,00			

E, que conforme demonstrado, acima, para o exercício de 2014, houve necessidade de suplementação menor que em 2013, pois em 2014, houve a suplementação de 11,45%, e que em 2013 o percentual de 26,18%, visando atender ao pagamento de auxílios pagos em folha.

O que deixa para outras despesas correntes os valores de: R\$21.954.815,00 para o exercício de 2014, e para o exercício de 2013 o valor de R\$20.534.534,00, isto posto, para pagamento de luz, gas, água/esgoto, e demais despesas administrativas e operacionais, e manutenção da unidade.

Em relação as outras despesas correntes, foi fixado o valor de R\$ 21.954.815,00 para o exercício de 2014, registrados no LOA e PROA havendo a necessidade de crédito suplementar no valor de R\$ 2.312.900,00, representando um percentual de 10,53%, para que pudéssemos executar as despesas decorrentes deste exercício.

Apesar de tanto no exercício de 2013 e 2014, haver contingenciamentos, derivados das Leis de Execução Orçamentária e Financeira, esta Unidade tem deixado de executar alguns projetos, bem como aquisições e serviços, em função de melhorias para própria unidade e alunos, isto posto, para custeio e capital e realizações de obras, tanto necessárias para melhoria da Instituição.

Comparando ao exercício de 2013, que consignava o monte inicial na PROA/LOA de R\$ 20.534.534,00 houve um acréscimo no valor de R\$ 2.793.640,00 que representou o percentual de acréscimo de 13,60% do crédito orçamentário para o exercício de 2013, bem como houve a descentralização de créditos no valor de R\$ 426.317,89, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE para, através do Termo de Cooperação entre IBC e FNDE, fossem realizados os projetos para a produção e distribuição de Livros Didáticos, realizados através da Divisão de Imprensa Braille, para a rede pública em todo o território nacional.

Por este motivo, e por não ter havido, em 2014, descentralizações para este fim, o se compararmos o orçamento, destinado para custeio de manutenção da unidade, houve um aumento no percentual de 04,01%, representando o montante de R\$936.541,00.

Para as despesas de capital, comparando com o exercício de 2013, cujo valor inicial da PROA/LOA era de R\$ 4.204.320,00, e tendo sido ainda, contemplado com a suplementação de R\$ 2.587.159,00, representando um acréscimo de 61,53%, bem como um crédito de R\$105.000,00, através do Termo de Cooperação Técnica, com o FNDE, para desenvolvimento do Programa Nacional do Livro Didático (2013NC700206), porém, devido ao tempo ser curto, para execução, devolvemos o valor de R\$35.200,00 (2013NC00002), e que neste sentido, comparado com o exercício de 2014, que houve o

crédito inicial de R\$ 4.755.009,00, bem como agraciado com a suplementação de R\$ 687.100,00, representando um acréscimo de 14,45%, representou uma variação de crédito, entre os exercícios, negativamente, e aparentemente de (-) 19,87%, porém, deixamos de executar obras, e aquisições devidos não só pelo contingenciamento, como devido as dificuldades de aprovação dos projetos, pelo INEPAC tanto para melhorias na edificação, como para as aquisições de suprimento visando modernizar a informática, também, devido a alta complexidade de máquinas necessárias tanto para o serviço médico como para a imprensa braille.

### 6.1.2 – Movimentação de Créditos

Quadro A.6.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebido		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	0	0	0	0	0	0
Recebidos	0	0	0	0	0	0
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebido		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	0	0	0	0	0	0
Recebidos	0	0	0	0	0	0

Neste sentido, houve uma descentralização de crédito, oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, através da 2014NC400046, no valor de R\$48.000,00, para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE-MC, porém, não foram utilizados neste exercício de 2014, e tendo sido os mesmos devolvidos através da 2014NC000001, ainda no exercício.

### 6.1.3 Realização da Despesa

Quadro A.6.1.3.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total

Unidade Orçamentária:		Código UO: 26105		UGO: 152004	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2014	2013	2014	2013	
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>11.563.540,07</b>	<b>11.554.575,54</b>	<b>11.471.803,45</b>	<b>10.403.621,02</b>	
a) Convite	0	0	0	0	
b) Tomada de Preços	0	0	0	0	
c) Concorrência	0	0	0	0	
d) Pregão	11.563.540,07	11.554.575,54	11.471.803,45	10.403.621,02	
e) Concurso	0	0	0	0	
f) Consulta	0	0	0	0	
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0	0	0	0	
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>4.046.766,05</b>	<b>4.022.911,49</b>	<b>3.769.159,84</b>	<b>3.883.114,21</b>	
h) Dispensa	3.578.597,54	3.271.958,93	3.451.908,59	3.116.352,73	
i) Inexigibilidade	468.168,51	790.952,56	317.251,25	766.761,48	
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	
j) Suprimento de Fundos	0	0	0	0	
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+v)</b>	<b>47.315.675,80</b>	<b>40.411.376,54</b>	<b>47.290.988,41</b>	<b>40.321.244,98</b>	
k) Pagamento em Folha	44.373.057,74	37.990.036,70	44.348.370,35	37.900.000,14	
l) Auxílio – Creche	16.647,57	12.308,99	16.647,57	12.308,99	
m) Auxílio – Alimentação	1.081.369,75	882.545,93	1.081.369,75	882.545,93	
n) Auxílio – Transporte	317.846,84	215.029,18	317.846,84	215.029,18	
o) Bolsa Residência Médica	758.279,18	684.554,71	758.279,18	684.554,71	
p) Bolsa Estagiário	147.298,87	152.805,88	147.298,87	152.805,88	
q) Reembolso Saúde	464.307,07	399.402,33	464.307,07	399.402,33	
r) Pensão Indeniz. Oriund. Deb. Period. Vinc. Sent. Judicial	17.376,00	10.848,00	17.376,00	10.848,00	
s) Auxílio – Natalidade	1.168,56	1.540,07	1.168,56	1.540,07	
t) Auxílio – Funeral	16.615,99	0	16.615,99	0	
u) Indenização de Transporte Pessoal Civil	0	85,00	0	85,00	
v) Diárias	121.708,23	62.219,75	121.708,23	62.124,75	
<b>5. Outros</b>	<b>24.101,33</b>	<b>70.430,49</b>	<b>18.868,18</b>	<b>70.430,49</b>	
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>62.950.083,25</b>	<b>56.059.294,06</b>	<b>62.550.819,88</b>	<b>54.678.410,70</b>	

As despesas por modalidade de licitação, tem a maior representatividade por pregão eletrônico, isto posto, para contratações e aquisições e serviços, apesar que entre os exercícios de 2013 e 2014, não haver grande variação, sendo de 99,99% entre os exercícios, pois na grande maioria diz respeito a contratações já efetuadas no exercício de 2013.

A contratação por dispensa de licitação e de inexigibilidade não há como comparar, uma vez que nestas modalidades se enquadram despesas com maiores incidências e de contratações essenciais para a manutenção da unidade, ou seja: luz, gás, água e tratamento de esgoto, bem como serviços de publicações no Diário Oficial da União, serviços de Correios e de firmas que notoriamente somente elas realizam serviços (tanto para conserto como para aquisição) e onde são concedidos contratos de concessões e outros por serem do próprio governo, bem como devemos mencionar que devido ao Projeto Esplanada Sustentável – PES o IBC vem adotando medidas visando maior economia e a procura de materiais como de bens e serviços que contribuam cada vez mais para melhorar a qualidade do gasto público pela eliminação do desperdício e pela melhoria contínua da gestão dos processos, apesar de que os aumentos e reajustes tarifários são concedidos pelo próprio governo.

Quanto à área de pessoal, podemos relevar tal aumento se comparado ao exercício de 2013, pois houve no exercício de 2013, acréscimo de 71 (setenta e um) servidores, oriundos de concurso realizado no exercício de 2013 e empossados no segundo semestre de 2013, contra o aumento vegetativo da folha, ocorridos no exercício de 2014, e o ingresso de 56 (cinquenta e seis) novos servidores em 2014.

Em relação a diárias, houve um acréscimo de 95,61%, derivados de cursos, simpósios, originários em outros estados, bem como apresentação de trabalhos, onde esta Instituição leva e troca idéias para cada vez mais, elevar o ensino e aprendizado para a deficiência visual.







despesa								
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>								
3390300-Material de Consumo	0	210.718,02	0	4.405,28	0	206.212,74	0	0
33903200-Material Bem ou Serv. Para Distribuição		16.817,57	0	16.685,61	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>								
<b>Grupos de Despesa</b>	<b>Empenhada</b>		<b>Liquidada</b>		<b>RP não Processados</b>		<b>Valores Pagos</b>	
<b>4. Investimentos</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
344905200-Equipamentos e Material Permanente	0	69,800,00	0	0	0	69,800,00	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>5. Inversões Financeiras</b>								
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>6. Amortização da Dívida</b>								
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0

O IBC executou em Termo de Cooperação, com recursos oriundos de descentralizações

com o FNDE a edição e impressão de livros didáticos para distribuição na rede pública em todo o território nacional. Apesar do tempo ser curto para a execução, foi utilizado a forma de Pregão Eletrônico, visando a economia, apesar de não podermos comparar com o exercício de 2014, por ter ocorrido em 2014.

#### 6.4 - Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro A.6.4 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	5.587.156,44	3.962.338,61	600,00	1.624.217,83
2012	1.589.853,89	17.764,66	0	1.572.089,23
2011	2.527.992,84	183.429,99	0	2.344.562,85
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	1.402.935,31	1.290.704,40	142,40	90.036,56
2012	50.702,92	33.156,25	1.446,67	17.546,67
2011	16.100,00	0	0	16.100,00

Para o exercício de 2011, foi inscritos os restos a pagar de acordo com o Decreto n.º 7.654 de 23/12/2011, bem como para o exercício de 2012, foi observado o estabelecido no Decreto n.º 93.872, de 23/12/1986, em perfeito acordo com que o que diz o artigo 68 e seus parágrafos, assim como foi observado o teor do parágrafo 1º do supramencionado decreto.

Ficando as despesas no qual o credor se compromete a cumprir bem como a de contratos que se encontram ainda em vigor e em face de liquidação.

Havendo comparação de execução nos exercícios de 2011 para o exercício de 2012, referente aos Restos a Pagar não Processados, a sua execução, que comparados houve decréscimo de 37,11%, que apesar do saldo remanescente do exercício de 2011, que ainda se encontravam em fase de execução.

Do exercício de 2012 para o exercício de 2013, ainda em Restos a Pagar não Processados, houve um acréscimo de 251,42%, acrescido pelo saldo remanescente do exercício de 2012.

Podemos verificar que esta Unidade vem cada vez mais, buscando formas de diminuir e concluir a execução de restos a pagar, que comparados aos exercícios de 2011 para 2013, foram executados o percentual de 196,94% a mais.

Bem como esta Unidade esta cada vez mais, não só tentando não deixar em Restos a Pagar, quaisquer valores, porém, como vem sofrendo contingenciamento, e como os créditos, somente são as vezes, conseguido no final do ano, não há de qualquer forma,

como empenhar e as firmas entregar de pronto os materiais e serviços, somente haveria tal oportunidade, se houvesse a liberação de créditos pelos totais durante o exercício de execução, para que a Unidade pudesse programar todas as suas licitações e ações, bem como por em pratica seus projetos.

## 6.5 - Transferências de Recursos

Quadro A.6.5.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
<b>Nome:</b>	Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE					
<b>CNPJ:</b>						
<b>UG/GESTÃO:</b>	153173/15253					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2014	2013	2012	2014	2013	2012
<b>Convênio</b>	0	0	0	0	0	0
<b>Contrato de Repasse</b>	0	0	0	0	0	0
<b>Termo de Cooperação</b>	0	03	02	0	297.335,59	2.981,41
<b>Termo de Compromisso</b>	0	0	0	0	0	0
<b>Totais</b>	0	03	02	0	297.335,59	2.891,41

**Fonte:**

No exercício de 2014, não houve termo de cooperação entre este Instituto e qualquer outra Unidade.

Porém, esta Unidade tem executou todos os seus compromissos assumidos pelos Termos de Cooperação, alcançando todas as metas de seus programas, bem como os resultados físicos financeiros.

Bem como em relação às prestações de contas de convênios e contratados de repasse não houve por parte esta Unidade, uma vez que, como afirmado, esta Unidade somente executou Termos de Cooperação, e sendo suas prestações de contas de forma imediata.

– Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados

7.1 - Estrutura de pessoal da unidade

7.1.1 - Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.7.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	263	263	71	12
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	263	263	71	12
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	255	255	69	12
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	1	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	1	1	1	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	6	6	1	0
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	15	0	0	3
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	1	1	0	0
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	279	264	71	15

Quadro A.7.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
<b>1. Servidores de Carreira (1.1)</b>	34	229
1.1. Servidores de Carreira (1.1.2+1.1.3+1.1.4+1.1.5)	34	229
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	32	223
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	1
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	1
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	2	4
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	0	0
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	1	0
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	35	229

**Quadro A.7.1.1.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ**

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingresso no Exercício	Egresso no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	9	9	0	0
1.1.Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2.Grupo Direção e Assessoramento Superior	9	9	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	8	8	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	1	1	0	0
<b>2. Funções Gratificadas</b>	38	35	2	2
2.1.Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	30	27	2	2
2.2.Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	1	1	0	0
2.3.Servidores de Outros órgãos e Esferas	7	7	0	0
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	47	44	2	2

**7.1.2 – Qualificação e Capacitação da Força de Trabalho**

Apresentamos a seguir o quadro que demonstra o quantitativo de servidores capacitados e os cursos oferecidos:

<b>QUADRO SÍNTESE - SERVIDORES CAPACITADOS</b>		
<b>NOME DO CURSO</b>	<b>NÚMERO DE PESSOAS TREINADAS</b>	<b>Público Alvo</b>
<b>CURSOS OFERECIDOS PELO IBC</b>		
Práticas Educativas para uma Vida Independente	25	Profissionais e acadêmicos da área de educação.
Alfabetização no Sistema Braille	4	Profissionais e acadêmicos da área de educação.

Aspectos Educacionais na Surdocegueira	6	Profissionais das Áreas de Educação e Saúde e afins.
Orientação e Mobilidade	34	Profissionais das áreas de Educação e Saúde, com nível superior completo.
Baixa Visão	23	Professores ou acadêmicos da área de Educação – público prioritário; Outros profissionais, que atuem ou venham a atuar com a Baixa Visão.
Programas de Informática na Área da Deficiência Visual	1	Prioridade para profissionais da área de Educação.
Novas Regras Ortográficas	9	Funcionários do Instituto Benjamin Constant (prioridade para servidores).
Oficina de Baixa Visão	4	Servidores da Divisão de Reabilitação do IBC.
A Escrita Cursiva e o Pré-Braille no Atendimento de Reabilitação	2	Professores e terapeutas ocupacionais
Iniciação ao Sistema Braille	1	Funcionários, Pais e Responsáveis de alunos, Voluntários e demais pessoas interessadas
Introdução À Áudio-descrição	5	Estudantes, educadores, produtores, pesquisadores e demais interessados em conhecer o recurso da áudio-descrição, conseqüentemente, um fomentador da acessibilidade.
Estimulação Precoce	2	Professores e acadêmicos da área de Educação
Produção de Material Didático Especializado	1	Professores e acadêmicos da área de Educação; Fonoaudiólogos, Psicomotricistas e Terapeutas Ocupacionais
Redação Oficial	8	Funcionários do Instituto Benjamin Constant (prioridade para servidores).
Oficina de Gravação Digital de Textos em Áudio	4	Pessoas interessadas no processo de gravação digital em áudio

Técnicas de Leitura e Escrita no Sistema Braille	24	Professores e acadêmicos da área de Educação.
Oficina de Orientação e Mobilidade	16	Profissionais das áreas de Educação e Saúde, com nível superior completo.
Oficina de PEVI	14	Professores e acadêmicos da área da Educação
Oficina de Informática Adaptada	24	Prioridade para profissionais da área de Educação
O Modelo Ecológico Funcional na Educação de Alunos com Deficiência Múltipla	5	Professores e acadêmicos da área da Educação
Soroban: Metodologia Maior Valor Relativo	13	Professores e acadêmicos da área da Educação
Oficina de Soroban	6	Professores e acadêmicos da área da Educação
<b>CURSOS E CAPACITAÇÕES EXTERNAS COM PARTICIPAÇÃO DOS SERVIDORES DO IBC</b>		
Fórum de Dirigentes de Gestão de Pessoas	2	
IV Seminário Estadual da Anpae/RJ	1	
VIII SenaBraille	2	
39º Congresso da Sociedade Brasileira de Retina e Vitreo	1	
Workshop de Avaliação e Terapia da Disfagia Pediátrica	1	
1º Congresso Brasileiro de Autismo	1	
II Congresso Norte-nordeste de Informática Inclusiva	2	
I Seminário Atividades de Vida Autônoma - Essência da Vida Em Sociedade	4	
Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS nível III	1	
6º Congresso Internacional de Educação de Gramado	2	



Paleobiological And Phylogenetic Approaches to Macroevolution	1	
Formação Java	1	
12ª Jornada de Educação Especial: ciência e conhecimento em educação especial	2	
2º Congresso Internacional de Educação do Estado de Pernambuco	2	
SIAG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais	2	
VII Congresso Brasileiro de Geógrafos	1	
VI Encontro Estadual de Educação Matemática do Estado do Rio de Janeiro	1	
Fiscalização de contratos	1	
XXXIV Encontro Nacional de Dirigentes de Pessoal e Recursos Humanos das Instituições Federais de Ensino	2	
Sistema de Concessão de Diárias e Passagens	1	
VIII Congresso Internacional de Educação de Maceió	2	
XXIII Congresso Brasileiro de Nutrição	1	
III Seminário Nacional de Educação Especial / XIV Seminário Capixaba de Educação Inclusiva	2	
2º Festival de Cinema Estudantil	2	
Elaboração de Termos de Referência	2	
Gestão de Materiais	1	
Gestão e Fiscalização de Contratos	6	
Elaboração de Indicadores de Desempenho	2	
VI Congresso Brasileiro de Educação Especial	2	

Capacitação sobre o SCPD	1	
XVII ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino	2	
Jornada de Educação de Natal	2	
4º Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de LIBRAS e Língua Portuguesa	1	
II Encontro Nacional das Comissões Internas de Supervisão	2	
VI Congresso Brasileiro de Educação Especial / IX Encontro Nacional dos Pesquisadores da Educação Especial	2	
O Regime de Previdência Complementar do Poder Executivo	1	
Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS nível IV	1	
Gestão de Pessoas	3	
	<b>297</b>	

**QUADRO A.7.1.3 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL**

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários				Demais Despesas Variáveis
<b>Membros de poder e agentes políticos</b>											
Exercícios	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada</b>											
Exercícios	2014	12.576.356,06	468.575,78	1.378.901,56	1.228.518,37	1.684.350,60	401.897,25	16.627,91	50.439,13	15.901,38	17.821.577,04
	2013	7.461.354,87	1.224.383,45	747.910,79	154.861,11	464.118,58	691.172,51	9.150,57	299.488,61	42.547,16	11.094.987,65
<b>Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada</b>											
Exercícios	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)</b>											
Exercícios	2014	72.277,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	72.277,32
	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Servidores cedidos com ônus</b>											
Exercícios	2014	41.678,14	0,00	0,00	1.023,78	5.370,10	0,00	0,00	0,00	0,00	48.072,02
	2013	35.997,93	0,00	0,00	987,36	4.418,28	0,00	0,00	2.198,72	0,00	43.602,29
<b>Servidores com contrato temporário</b>											
Exercícios	2014	12.859,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.859,10
	2013	195.197,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	195.197,37

Fonte: SI  
APEe



## IRREGULARIDADE NA AREA DE PESSOAL

### 7.1.4.1 – Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos

Quanto a acumulação vedada pelo artigo 37, incisos XVI e XVII temos a informar que:

O controle para detectar possíveis acumulações é realizado no momento da posse na instituição, quando o servidor declara que não acumula ilegalmente cargos e funções e em caso de acumulação lícita, o órgão solicita trazer periodicamente uma declaração onde conste a carga horária do outro órgão em que o servidor está acumulando licitamente o cargo.

Durante o ano de 2014 foram detectadas pela CGU acumulações indevidas de professor com regime de dedicação exclusiva com sócio-administrador em empresas, que foram todos apurados através dos processos 23.119.000693/2013-31; 23119.000692/2013-97; 23119.000694/2013-86 e 23119.000691/2013-48.

### 7.1.4.2 - Terceirização irregular de cargos

#### Quadro A.7.1.4.2 - Cargos e Atividades Inerentes a Categorias Funcionais do Plano De Cargos da Unidade Jurisdicionada

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2014	2013	2012		
Assistente de Alunos	14	14	22	0	0
Transcritor	14	14	14	0	0
Revisor	14	14	14	0	0

#### Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão

Desde 2003 a Direção do Instituto Benjamin Constant solicita ao Ministério da Educação autorização de abertura de concurso público para preenchimento e criação de cargos, ora ocupados por funcionários terceirizados.

Durante esses anos, foram autorizados alguns concursos tanto para professores quanto para servidores técnico-administrativos. Entretanto o número de vagas disponibilizadas jamais atendeu as necessidades que se faziam cada vez maiores. Acrescente-se ainda, que as vagas autorizadas para os servidores técnico-administrativos ficaram bem abaixo daquelas abertas para os docentes, além de não suprirem, de forma alguma as demandas exigidas pela parte administrativa deste Instituto e nem para cobrir a substituição dos terceirizados.

Aposentadorias, falecimentos, vacância motivada por servidores que se submeteram a outros concursos públicos, com remuneração mais vantajosa, provocaram o esvaziamento do quadro e, por conseguinte a manutenção da terceirização. Os vários compromissos assumidos por esta Instituição faziam com que fosse pleiteada a formação de um novo quadro de servidores efetivos já que a especificidade do trabalho executado exige pessoal mais qualificado, cuja permanência traz a possibilidade de planejamentos e programas institucionais terem maior consistência, conferindo a Instituição ações mais decisivas. A oscilação do quadro funcional sempre foi motivo de preocupação. Assim, insiste-se na solicitação.

O Concurso realizado em 2013, através da portaria MPOG 450/2012, autorizou o IBC a realizar Concurso Público para o provimento de 71 cargos, sendo 33 docentes e 38 técnico-administrativos, número que não atende a determinação de substituição da terceirização no órgão.

A pedido da SETEC/MEC o IBC encaminhou uma planilha com a demanda dos cargos necessários, visando não só a substituição da terceirização como também a ampliação dos cargos já existentes, a fim de que o plano de expansão institucional pudesse lograr êxito.

Em 2014 continuamos atendendo ao Ofício-Circular nº 133/2011/SE/CGU-PR, enviando através do Sistema de Transferência de Informações da CGU, o quadro com todos os dados referentes aos terceirizados.

### 7.1.5 Riscos identificados na gestão de pessoas

Nos cargos onde a terceirização se faz presente, como transcritor e revisor braille, o grande risco é capacitar esse funcionário e vê-lo se demitir por conta de melhores salários ou convocação de concursos, o que traz grande desestabilização para a Instituição já que essa mão de obra não é encontrada no mercado.

### 7.1.6 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

O IBC não tem, no momento, indicador de gestão de recursos humanos. Como a Divisão de Pessoal está sendo reestruturada, a nova equipe poderá estudar a viabilidade.

## 7.2 Contratação de Mão de Obra e Apoio e de Estagiários

### 7.2.1 Contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância

Quadro A7.2.1- Contratos de prestação de serviços

Unidade Contratante													
Nome: Instituto Benjamin Constant													
UG/Gestão: I52004/00001						CNPJ: 00.394.445/027212							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	L	O	10/2008	CROLL EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS E SERVIÇOS LTDA (28.208.528/000170)	14/03/2008	13/03/2014	40	40	**	**	**	**	E
2009	V	O	35/2009	ANGEL'S SEGURANÇA E VIGILÂNCIA (03.372.304/000178)	28/12/2009	27/12/2015	**	**	20	20	**	**	P
2014	L	E	13/2014	CROLL EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS E SERVIÇOS LTDA (28.208.528/000170)	14/03/2014	10/09/2014	40	40	**	**	**	**	E
2014	L	O	31/2014	TECNISAN TÉCNICA DE SERVIÇOS COMÉRCIO LTDA (29.000.841/000180)	11/09/2014	10/09/2015	45	45	**	**	**	**	A
Observações:													
<b>LEGENDA</b> Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo													

Fonte:

## 7.2.2–Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

### QUADRO A.7.2.2. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante														
Nome: Instituto Benjamin Constant														
UG/Gestão: 152004/00001					CNPJ: 00.394.445/0272-12									
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2009	12	O	17/2009	MAXIMA LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA E SERVIÇOS LTDA (08.144.738/0001-34)	07/10/2009	06/10/2014	*	*	9	9	14	14	P	
2009	3	O	19/2009	TECNISAN TÉCNICA DE SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA (29.000.841/0001-80)	21/10/2009	20/10/2015	*	*	13	13	*	*	P	
2009	12	O	32/2009	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CIEE (33.661.745/0001-50)	01/12/2009	30/11/2014	*	*	11	11	27	27	E	
2011	9	O	22/2011	MRO SERVIÇOS LTDA - EPP (03.539.770/0001-03)	27/06/2011	26/06/2015	26	26	2	2	*	*	P	
2012	12	O	13/2012	NOVA RIO SERVIÇOS GERAIS LTDA (29.212.545/0001-43)	19/06/2012	18/06/2015	23	23	35	35	*	*	P	
2012	3	O	14/2012	TECNISAN TÉCNICA DE SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA (29.000.841/0001-80)	15/06/2012	14/06/2015	*	*	*	*	1	1	P	

2012	4	O	26/2012	PRESERVA CONSERVAÇÃO SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA (09.186.082/0001-85)	- E	01/08/2012	31/07/2014	23	23	*	*	*	*	E
2012	12	E	29/2012	TECNISAN TÉCNICA DE SERVIÇOS COMÉRCIO LTDA (29.000.841/0001-80)	E	08/10/2012	07/10/2015	*	*	22	22	5	5	P
2013	11	O	39/2013	PH SERVIÇOS ADMINISTRAÇÃO LTDA (06.090.065/0001-51)	E	03/09/2013	14/05/2014	19	19	54	54	*	*	E
2014	11	O	22/2014	TECNISAN TÉCNICA DE SERVIÇOS COMÉRCIO LTDA (29.000.841/0001-80)	E	15/05/2014	02/09/2015	19	19	54	54	*	*	P
2014	4	E	29/2014	TECNISAN TÉCNICA DE SERVIÇOS COMÉRCIO LTDA (29.000.841/0001-80)	E	01/08/2014	28/01/2015	23	23	*	*	*	*	A

**Observação:****LEGENDA****Área:**

1. Conservação e Limpeza;
2. Segurança;
3. Vigilância;
4. Transportes;
5. Informática;
6. Copeiragem;
7. Recepção;
8. Reprografia;
9. Telecomunicações;
10. Manutenção de bens móveis
11. Manutenção de bens imóveis
12. Brigadistas
13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
14. Outras

**Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.**

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.



### 7.2.3– ANÁLISE CRÍTICA

O Instituto Benjamin Constant é uma Instituição multifacetada: além da escola temos um grande

parque gráfico, que atende a todo território nacional; um setor de capacitação, que promove cursos na Instituição para docentes e técnicos da Instituição, bem como para professores de todo País na área da deficiência visual; um Serviço Médico, que atua na área da prevenção da cegueira, inclusive tendo a responsabilidade de supervisionar uma Residência Médica em Oftalmologia, serviço esse reconhecido como referência na área.

Somos classificados como Centro de Referência Nacional na área da deficiência visual. Por força de aposentadorias, mortes, vacâncias, etc., nosso corpo técnico-administrativo vêm sofrendo, através dos anos, consideráveis baixas; alguns de nossos serviços sofrem estrangulamento por falta de pessoal. Outros atendimentos tiveram sua demanda extraordinariamente aumentada; houve, sem dúvida, uma expansão de nossas atividades, o que nos levou a solicitar a criação de cargos, num dos ofícios encaminhados ao MEC.

O número de servidores técnico-administrativos lotados na Instituição é extremamente pequeno. Trabalha-se com terceirização, estagiários e voluntários, fato que nos traz grande desestabilização, pois há sempre o temor da descontinuidade nos atendimentos oferecidos.

Não temos no nosso quadro efetivo os seguintes cargos: farmacêutico, terapeuta ocupacional, musicoterapeuta, psicopedagogo, psicomotricista, fisioterapeuta, ortoptista, médico pediatra, médico clínico geral, arquiteto, engenheiro civil, bibliotecário, transcritor e revisor braille.

O Instituto Benjamin Constant, hoje, funciona com um quantitativo de funcionários terceirizados superior ao número de servidores concursados.

Apesar do quadro reduzido, o IBC vem cumprindo sua missão e atingindo as metas propostas. Isso está sendo possível, pois contamos com a força de trabalho terceirizado.

Para podermos ampliar nossas metas e atender, com a excelência que sempre nos caracterizou,

todas as demandas que vêm surgindo em virtude da Política de Inclusão do Ministério de Educação, necessitamos da ampliação do nosso quadro de servidores.

O Instituto Benjamin Constant não tem autonomia para estabelecer um cronograma próprio para substituir a mão de obra terceirizada por servidores do quadro permanente. Até o momento fomos contemplados com poucas autorizações para preenchimento de cargos de nível superior e médio. Esse quantitativo, ainda é insuficiente para a referida substituição. Temos envidado esforços, junto ao Ministério da Educação, no sentido de preenchimento e criação de novos cargos, através de concurso público, para ampliação e melhoria no desempenho de nossas ações institucionais.

## 7.2.4 – Contratação de Estagiários

Quadro A.7.2.4 – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>	20	22	21	0	134.303,60
1.1 Área Fim	18	20	20	0	R\$ 125.249,61
1.2 Área Meio	2	2	1	0	R\$ 9.053,99
<b>2. Nível Médio</b>	7	6	5	0	23.974,21
2.1 Área Fim	7	5	4	0	19.912,55
2.2 Área Meio	0	1	1	0	4.061,66
<b>3. Total (1+2)</b>	27	28	26	0	158.277,81
<b>Análise Crítica</b>					

## GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

### 8.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

FROTA DE VEÍCULOS DO IBC REFERÊNCIA ANO 2014 / SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO														
QTD	PLACA	MODELO	COMBUSTIVEL	ANO	IDADE DA FROTA	MÉDIA ANUAL KM RODADO	GASTO TOTAL C/ COMBUSTIVEL	DATA DA REVISÃO	MOTIVO DA REVISÃO	VALOR PAGO NO SERVIÇO	LOCAL DA REVISÃO	SEGURO OBRIGATÓRIO	SEGURADORA	VALOR DO SEGURO
1	LLA 5462	ONIBUS	DIESEL	2009	5 ANOS	1320	1.628,51					246,48	MAFRE	5.800,00
2	KNV 9703	ONIBUS	DIESEL	2009	5 ANOS	946	1.457,41	22/12/2014	TROCA DE ÓLEO E FILTROS	1.032,42	AZ REPRESENTAÇÕES	246,48	MAFRE	5.504,20
3	KZY 0659	BESTA	DIESEL	2005	9 ANOS	8121	3.054,84	03/02/2014	CONCERTO AR CONDICIONADO	1.580,00	AUTO PINPIN	246,48	MAFRE	2.350,00
								24/10/2014	COMPRA DE BATERIA	399,50	OMASSISTEC			
4	LKP 2814	RENAUT	FLEX	2008	6 ANOS	12722	4.728,52	23/05/2014	REVISÃO DE 40.000KM	1.280,00	AUTO PINPIN	105,25	MAFRE	2.980,00
5	KPQ 9741	RENAUT	FLEX	2013	1 ANO	2371	1.711,54						MAFRE	2.000,00
6	LKZ 3745	KOMBI	FLEX	2009	5 ANOS	9112	4.294,79	05/02/2014	TROCA DO CANO DE DESCARGA	390,00	AUTO PIMPIN	105,25	MAFRE	2.999,99
								26/02/2014	LANTERNAGEN	2.520,00				
								08/07/2014	REVISAO DE 40.000 KM	508,00	REAL VEICULOS			
7	KMY 6420	PARATY	GASOLINA	2001	13 ANOS	9600	3.309,56	16/04/2014	TROCA DO PÁRA-BRISA DIANTEIRO	120,00	MAFRE	105,25	MAFRE	2.350,00
								10/11/2014	04 AMORTECEDORES	2.220,00	AUTO PIMPIN			
									02 KITS DE AMORTECEDOR					
									02 PIVOS DIANTEIRO					
	02 ROLAMENTOS TRASEIROS													

								0 1BOMBA D`AGUA			
								01 HOMOCINETICA DD			
								01 JOGO PASTILHA DE FREIO			
								01 CORREIA DENTADA			
								ALINHAMENTO			

O fornecimento do combustível é através de cartão magnético personalizado da Empresa Brasileira de Tecnologia e Administração de Contratos Hom Ltda., que utiliza sistema de identificação, código do usuário e senha individual.

## 8.2 GESTÃO DE PATRIMONIO IMOBILIARIO

### 8.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO A.8.2.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE	
		EXERCÍCIO	EXERCÍCIO
BRASIL	UF 1	Σ	Σ
	município 1:	2	2
	município 2	0	0
	município “n”	0	0
	UF “n”	Σ	Σ
	município 1	0	0
	município 2	0	0
	município “n”	0	0
<b>Subtotal Brasil</b>		<b>2</b>	<b>2</b>
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1	0	0
	cidade 2	0	0
	cidade “n”	0	0
	PAÍS “n”	Σ	Σ
	cidade 1	0	0
	cidade 2	0	0
	cidade “n”	0	0
<b>Subtotal Exterior</b>		<b>Σ</b>	<b>Σ</b>
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		<b>02</b>	<b>02</b>

### 8.2.2 IMOVEIS SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMOVEL FUNCIONAL

Quadro A.8.2.2.1 – Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
152004	6001.03760.500-4	21	3	9.306.402,00	15/05/2013	18.281.040,33	-0-	4.955.086,63
152004	6001.03761.500-0	21	3	3.194.167,00	15/05/2013	3.194.167,00	-0-	1.048.895,72
<b>Total</b>							<b>-0-</b>	<b>6.003.982,35</b>

Fonte:

#### Regime:

- |                                    |   |
|------------------------------------|---|
| 1 – Aquicultura                    | 12 – Em regularização – Outros                        |
| 2 – Arrendamento                   | 13 – Entrega – Adm. Federal Direta                    |
| 3 – Cessão – Adm. Federal Indireta | 14 – Esbulhado (Invadido)                             |
| 4 – Cessão – Outros                | 15 – Imóvel Funcional (não deve ser objeto do Quadro) |
| 5 – Cessão – Prefeitura e Estados  | 16 – Irregular – Cessão                               |
| 6 – Cessão Onerosa                 | 17 – Irregular – Entrega                              |
| 7 – Comodato                       | 18 – Irregular – Outros                               |
| 8 – Disponível para Alienação      | 20 – Locação para Terceiros                           |
| 9 – Em processo de Alienação       | 21 – Uso em Serviço Público                           |
| 10 – Em regularização – Cessão     | 22 – Usufruto Indígena                                |
| 11 – Em regularização – Entrega    | 23 – Vago para Uso                                    |

#### Estado de Conservação:

- |          |                         |
|----------|-------------------------|
| 1 – Novo | 5 – Reparos Importantes |
|----------|-------------------------|

2 – Muito Bom  
3 – Bom  
4 – Regular

6 – Ruim  
7 – Muito Ruim (valor residual)  
8 – Sem Valor

Esta unidade atualizou os valores através do SPIUNET de acordo com a solicitação para regularização dos imóveis desta unidade, através do Ofício n.º 005677/2013-DIAPF/CODIM/SPU/RJ, de 24 de outubro de 2013, que encaminhava anexo, Memorando Circular n.º 79/DECAP/SPU-MP, de 06 de junho de 2012, que através de seu parágrafo 2.2. orientava a atualização através do valor do IPTU.

Os valores se encontram num percentual de 196,43% para o imóvel cadastrado na RIP n.º 6001.03760.500-4, e para da RIP n.º 6001.03761.500-0 o percentual de 460,14%, tendo em vista que deste que foram cadastrados não haviam sido atualizados, isto posto, deste 2005, sendo somente agora no exercício de 2013 atualizados.

Também foram feitos contatos, entre esta UJ e o Serviço de Patrimônio da União, visando a incorporação de melhorias, e obras realizadas em exercícios anteriores, mais infelizmente até a presente data não houve resposta.

## GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

### 9.1 – Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

Quadro A.9.1 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo	Valores Desembolsados 2014
			CNPJ	Denominação		
42/2013	Prestação de Serviços de elaboração de projeto de readequação da infraestrutura da rede de dados e voz	02/10/2013 a 01/10/2014	04.571.978/0001-64	BELLATRIX NETWORK COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA - ME	148.607,80	—
19/2009	Prestação de serviços de mão-de-obra em informática	21/10/2009 a 20/10/2015	29.000.841/0001-80	TECNISAN TÉCNICA DE SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA	900.159,85	836.624,88
14/2012	Prestação de serviços de mão-de-obra de Designer Instrucional	15/06/2012 a 14/06/2015	29.000.841/0001-80	TECNISAN TÉCNICA DE SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA	87.371,04	58.962,83
14/2014	Prestação de serviços de manutenção do software Sophia	03/01/2014 a 02/01/2015	69.112.514/0001-35	PRIMASOFT INFORMÁTICA LTDA	8.000,00	5.249,97

Os sistemas computacionais utilizados pelo IBC e suas respectivas funções:

#### Sistemas em Access:

- \* Controle de Patrimônio - DMP (Cadastro de Bens Patrimoniáveis)
- \* Controle de Material de Consumo - DMP (Controle de Estoque do Almoxarifado)
- \* Sistema de Registro e Controle Escolar - SECRETARIA GERAL (Cadastro de Alunos)
- \* Sistema de Controle de Produção e Distribuição de Material Especializado - DPME (Cadastro de Solicitações)
- \* Sistema de Atendimento Oftalmológico - DPMO: Balcão de Atendimento (Cadastro de Clientes)
- \* Sistema de Controle de Emissão de Laudos - DOA (Registro de Laudos)

#### Outros Sistemas:

- \* Sistema de Diárias e Passagens - DPA
- \* SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira - DOF
- \* SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - DP
- \* SIGEPE - Sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal - DP
- \* SOPHIA - Sistema de Controle de Acervo Bibliográfico - DAL / DDI: Acervo (Cadastro de Obras)
- \* SIDOC - Sistema de Informação de Documentos - USO GERAL (Tramitação de Documentos)
- \* GLPI - Sistema de Gerenciamento de Demandas - USO GERAL (Abertura de chamados para instalação/manutenção de hardware/software)

\* Sistema de Farmácia - Sistema de Gerenciamento da Farmácia – DPMO: Farmácia (Cadastro e Controle de Estoque)

\* OJS - Sistema de Gerenciamento de Jornais e Revistas – DDI: Acervo (Cadastro de Artigos para a Revista Benjamin Constant)

Quanto a necessidade do desenvolvimento de novos sistemas, acredito haver motivação para atualizar os sistemas em Access para novas plataformas, assim como atender novas demandas do IBC.

O link de acesso para nossa **Página de Acesso à Informação**:

<http://www.ibc.gov.br/?catid=166&blogid=1&itemid=10281>

O link para nossa **Página de Prestação de Contas**:

<http://www.ibc.gov.br/?catid=188&blogid=1&itemid=10376>.



## GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

### 10.1– Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

**Quadro A.10.1 – Aspectos da Gestão Ambiental**

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		<b>X</b>
2	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?		<b>X</b>
3	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	<b>X</b>	
4	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.		<b>X</b>
5	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?		<b>X</b>
6	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		<b>X</b>
7	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		<b>X</b>
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual o plano pode ser acessado.		
8	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		<b>X</b>
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual os resultados podem ser acessados.		
<b>Considerações Gerais</b>			
<p>Recentemente o IBC participou de um workshop de assuntos relacionados aos seis eixos da A3P a fim de começar com as Boas Práticas para o atendimento da A3P institucional, nesse workshop conhecemos os representantes dessa área em instituições vizinhas, Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais /CPRM e UNIRIO, com os quais iremos debater em conjunto uma proposta de implementação de coleta seletiva para os resíduos recicláveis e associações e cooperativas de catadores.</p> <p>Já o plano de gestão de logística sustentável (PLS) deverá ser criado durante o corrente ano.</p>			

## ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

### 11.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT – IBC			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201313616/001	AGREGADO	E-MAIL
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT - IBC			
Descrição da Recomendação			
VERIFICAR POSSÍVEIS INDÍCIOS DE ACUMULAÇÃO DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE 04 PROFESSORES COMO SÓCIO-ADMINISTRADOR EM EMPRESA			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DIVISÃO DE PESSOAL			
Síntese da Providência Adotada			
FORAM ABERTOS OS PROCESSOS 23.119.000693/2013-31; 23119.000692/2013-97;23119.000694/2013-86 e 23119.000691/2013-48 COM A FORMAÇÃO DE UMA COMISSÃO CONFORME SOLICITADO PELA CGU. FORAM ANALISADOS TODOS OS DOCUMENTOS. FOI DADA AMPLA DEFESA AOS SERVIDORES APONTADOS NA SOLICITAÇÃO DE AUDITORIA. FICOU DECIDIDO QUE OS MESMOS ACUMULARAM A VANTAGEM DA DEDICAÇÃO EXCLUSIVA COM O CARGO DE SÓCIO-ADMINISTRADOR DA EMPRESA. COM ISSO HAVENDO A DEVOLUÇÃO AO ERÁRIO DOS VALORES DA DE RECEBIDOS INDEVIDAMENTE.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
TODOS OS ENVOLVIDOS ESTÃO DEVOLVENDO AO ERARIO O PERIODO EM QUE ESTAVAM EM IRREGULARIDADE.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

## 11.3 – Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei N° 8.730/93

### 11.3.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela lei

**Quadro A.11.3 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR**

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	2	2	35
	Entregaram a DBR	2	2	35
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: SIAPE E PASTA FUNCIONAL

### 11.3.2- Situação do Cumprimento das Obrigações

No exercício 2014 não houve descumprimento da obrigação de entrega da DBR ou autorização de acesso as informações constantes da base de dados da Secretaria da Receita Federal, quando as pessoas passam do prazo para entrega que é de quinze dias após da data limite fixada pela Secretaria da Receita Federal (Decreto 5483/2005), a Divisão de Pessoal (DP) deste Instituto emite memorando ao servidor cobrando a DBR ou autorização de acesso;

O gerenciamento da recepção das DBR e autorização de acesso é realizada pela DP;

Para o gerenciamento da recepção das DBR e autorização de acesso esta DP utiliza planilha (impressa e eletrônica) de controle que assim, permite o acompanhamento das DBR ou autorizações faltantes;

Os servidores entregam a DBR ou autorização de acesso em papel;

Esta DP não faz nenhum tipo de análise das DBR com o intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a renumeração recebida;

A forma de guarda das DBR, autorizações de acesso e planilha impressa de controle é através de pasta guardada em local reservado.

## 11.5 Alimentação SIASG E SICONV - Declaração



### DECLARAÇÃO

Eu, AUGUSTO ERNESTO DE MATTOS BAGANHA, inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob nº 374.265.407-15, Supervisor da Divisão de Programação e Execução Orçamentária e Financeira, do Instituto Benjamin Constant, declaro junto aos Órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece a LDO 2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2015.

Augusto Ernesto de Mattos Baganha  
CPF 374.265.407-15  
Supervisor

Divisão de Programação e Execução Orçamentária e Financeira  
Instituto Benjamin Constant

Instituto Benjamin Constant  
Avenida Pasteur nº 350/368 – Urca – Rio de Janeiro/RJ – CEP.: 22.290-240  
Tels.: (21) 3478-4442 / 4443 / 4440 Fax: (21) 3478-4444  
E-mail: [ibc@ibc.gov.br](mailto:ibc@ibc.gov.br) Site: [www.ibc.gov.br](http://www.ibc.gov.br)

## **Informações Contábeis**

12.1 Demonstração das medidas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.9 e NBC T 16.10, publicadas pelas Resoluções CFC nº 1.136/2008 e 1.137/2008, respectivamente, para tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos da unidade jurisdicionada

O IBC vem aplicando, em parte, as preconizações das NBC T 16.9 e 16.10, quando se trata dos bens móveis adquiridos a partir de 01/01/2011, no entanto, em relação aos bens adquiridos anteriormente a 01/01/2011, não se verifica o atendimento às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

O setor responsável pela gestão patrimonial alega como fatores limitantes ao atendimento das NBC T 16.9 e 16.10 não dispor de dados necessários para proceder ao levantamento necessário patrimonial adequado às atuais exigências das citadas NBC T, no entanto, o IBC esta adotando medidas necessárias para que se possa proceder às reavaliações dos bens móveis.

A metodologia utilizada pelo IBC para estimar a vida útil econômica dos bens adquiridos a partir de 01/01/2011, para se calcular a depreciação desses bens, bem como para se determinar as taxas de depreciação são as apresentadas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), por meio da Macrofunção SIAFI n.º 02.03.30, se bem que, para validar contabilmente os registros no Ativo, o IBC vem utilizando o Sistema Simulador de Depreciação WEB – MEC, em relação ao Passivo, o IBC vem registrando as obrigações com base nos valores dos documentos hábeis: notas fiscais, notas fiscais/faturas e/ou notas fiscais eletrônicas.

Fato este, não ocorrer com bens móveis anterior a 01/01/2011, pois muitos destes bens se encontram muito defasados, teríamos que proceder levantamento de todo patrimônio anterior a data citada, e compará-los com bens atuais e ou recém adquiridos, proceder o lançamento com valores atualizados e proceder assim a depreciação, amortização e exaustão.

Se observado, realmente os valores lançados no ativo, quanto as depreciações ocorridas, foram realizadas a partir dos bens que ainda estavam em estoque, e a partir da entrada de novos bens, bem como devido aos bens imóveis, que ainda não foram depreciados, mais sim atualizados no Sistema de Patrimônio da União – SPIUNET.

- Disponibilidades – estão mensurados pelo valor original;

- Créditos – estão mensurados pelo valor original;

- Estoque – estão mensurados pelo valor de aquisição, sendo contabilizados de acordo com a entrada do bem no almoxarifado e dado baixa no momento da requisição dos materiais;

- Diferido – está mensurado pelo valor original se referindo aos sub-repasses recebidos por nossa Unidade, vinculados a nossa gestão e unidade orçamentária;

- Ativo Permanente – sobre os investimentos, estão registrados pelo valor original, no imobilizado, os bens imóveis estão registrados pelo valor recém-atualizados no SPIUNET, tendo em vista inclusive este, ter sido alvo de ressalvas, anteriormente, por se encontrar defasado deste o exercício de 2005, e quanto aos bens móveis estão registrados pelo valor de aquisição e passam pelo processo de depreciação, amortização e exaustão.

Assim os resultados alcançados, apesar de tentarmos manter os bens depreciáveis, os resultados são ínfimos se comparados com o montante lançado, mas positivamente nos resultados, pois o impacto patrimonial foi menor, resultante exclusivamente, do orçamentário.

Bem como devemos ainda implantar um sistema de acompanhamento, tanto no DOF/IBC e o Setor de Patrimônio, pois tal acompanhamento, tanto para levantamento de todo bens móveis e imóveis, a fim de que seja implantado o sistema que acompanhe a depreciação, devemos lembrar, que para tanto, exige a depreciação mensal desses bens, como de não extrapolar seu valor, pois os limites, são o próprio valor destes bens, isto posto, levando em conta sua durabilidade (tempo/ano), e tendo como limite da depreciação o próprio valor de aquisição, e que sem este tipo de controle não haverá como depreciar esses bens, se bem que observado o sistema de depreciação do MEC, parece utilizar o sistema de depreciação linear.

12.3 Informações sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada, contemplando:

a) esta unidade não realiza conformidade contábil.

b) informações pertinentes a quem realiza conformidade contábil, não sendo o caso desta unidade.

c) descrição de ocorrência não sanada até o final do exercício de referência do relatório de gestão, indicando as justificativas da não regularização.

- conforme informado pelo órgão competente a tal realização, esta unidade deixou de apresentar:

Falta e/ou atraso de Remessa do RMA e RMB.

- ocorreu no mês de fevereiro de 2014, com a entrada de material, bem como fechamento do exercício de 2013, que incorre inclusive a apresentação por parte da Divisão de Material e Patrimônio, do levantamento de todos os bens sobre sua responsabilidade, somente houve atraso em sua apresentação, porém, após o prazo estipulado, levando a esta unidade a restrição contábil, porém todos os lançamentos contábeis, estavam corretos.

Ausência do Registro da Depreciação e pelo Cálculo com Valores Incompatíveis, Considerando os Saldos Apresentados nas Contas Patrimoniais no Sistema SIAFI.

- Antes de entrar no mérito da questão, devo acrescentar que levamos anos, sem fazer tal contabilização, lançando seus bens, pelo valor adquirido, e agora, devemos adequar nossos lançamentos, para a realizar a depreciação desses bens, assim sem nos adequarmos em novos processos de acompanhamento, não ocorrerá adequadamente tal fato

- Realizamos conforme informado, as depreciações de bens novos, porém, por não termos ainda adequado ao processo, deixamos de lançar, nos meses subsequentes, tais valores, pois a depreciação realizada, de forma linear, exige que seja lançado mês a mês o valor depreciado do bem, fato este, que não ocorreu.

- Bem como estamos providenciando o controle que nos permita fazer tais lançamentos, pois sem tal acompanhamento, estaremos fadado a estrapolar o valor considerado desses bens, que o próprio valor de aquisição, sendo assim, estamos providenciando não só levantamento dos bens, de anos anteriores a 2011, bem como proceder adequadamente o controle para que tal fato não ocorra mais, a partir desse exercício de 2014.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA EXECUTIVA  
SUBSECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

## Declaração

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 relativos ao exercício de 2014, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade **Instituto Benjamin Constant - IBC**, que apresenta o Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às ressalvas detalhadas a seguir::

- a) A ausência do registro da Depreciação de Bens nos meses de janeiro e fevereiro, o cálculo da Depreciação com valores incompatíveis a partir do mês de maio, assim como a falta de envio mensal à Setorial Contábil das informações sobre a consistência entre os saldos contábeis e os saldos apresentados no Relatório de Movimentação de Bens Móveis (RMB), que representa um dos instrumentos para o registro da conformidade contábil, caso em que, havendo incompatibilidade, desvirtua a situação patrimonial da unidade.

Cabe ressaltar que as justificativas apresentadas pela unidade, bem como as providências adotadas para regularização das inconsistências relacionadas acima, constam no Relatório de Gestão dessa UJ, descritos no item 12.3.3 - Informações sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada - Ocorrências não sanadas no exercício de 2014.

As Demonstrações do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico, regidas pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, não constituem objeto da presente declaração, considerando que a DFC não está disponibilizada pelo Sistema Integrado de Administração Financeira -

SIAFI, conforme orientação da Secretaria do Tesouro Nacional - STN. A Demonstração do Resultado Econômico foi excluída pela Resolução - CFG nº. 1.437/2013.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília, 30 de Abril de 2015.

Núcia Feyfeira da Silva  
CRC DF 010702/0-6  
Contadora Responsável pela Unidade Jurisdicionada



## OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

As informações relevantes da gestão do IBC já foram contempladas no Relatório de Gestão apresentado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações referentes à gestão já foram expressas no Relatório de Gestão.

## ANEXOS E APÊNDICES

Não há